



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 24

Sessão Ordinária Fevereiro

1.º Reunião em 22/02/2019

Aos vinte dois dias do mês de Fevereiro do ano dois mil e dezanove, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Manuel Souto de Miranda, secretariado pelas Primeiro Secretário Maria Arminda Rodrigues de Sousa Correia e Segunda Secretário Daniela Marisa Pereira de Magalhães, e com a presença dos Vogais, Joana Filipa Ramos Lopes, Filipe Nuno Pereira Fernandes Tomaz, Manuel José Prior Pedreira das Neves, Casimiro Simões Calafate, Frederico Guilherme Vasconcelos Dias Ferreira Teixeira, Francisco José da Silva Ferreira, Maria Cristina Macedo da Costa Veiga, Catarina Marques da Rocha Barreto, Nelson Alexandre Dias dos Santos, Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, Firmino Marques Ferreira, Nuno Frederico Miranda Leite, Tiago Filipe Santos, Fernando Tavares Marques, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu, Ana Cláudia Pinto Oliveira, Fernando Sérgio Ferreira Carvalho, Antero Marques dos Santos, Joaquim Albertino Simões de Oliveira, Jorge Miguel da Rocha Gonçalves, Ana Maria Pinho de Seça Neves Ferreira, Raúl Ventura Martins, Sílvia Saraiva Carvalho Martins, Pedro Machado Pires da Rosa, Fernando Manuel Martins Nogueira, Sara Sandra Resende Tavares, António Augusto Cruz de Aguiar, Manuel Vieira dos Santos, Andreia Patricia Pereira da Fonseca, Júlia Margarida Ribeiro Correia, Filipe Seça Neves Barbado Guerra, e Pedro Filipe Oliveira Rodrigues.[001](#)

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

Nesta reunião da Sessão faltou o deputado Nuno Manuel Marques Pereira.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara, José Agostinho Ribau Esteves e os Vereadores, Ana Rita Félix de Carvalho, Luís Miguel Capão Filipe, Maria do Rosário Lopes Carvalho, João Filipe Andrade Machado, Manuel Oliveira de Sousa, e João Francisco Carvalho de Sousa.

Faltaram nesta reunião da Sessão o Vice-Presidente Jorge Manuel Mengo Ratola e a Vereadora Joana Fonseca Valente.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta Sessão dos vogais, Maria da Glória Oliveira Gomes Neto Leite, João Carlos Jerónimo Monteiro de Barros, Carlos Mário Magalhães Anileiro, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Carlos Francisco da Cunha Picado, Marília Fernanda Correia Martins, Virgínia Maria Melo Matos, Rita Alexandra Monteiro Batista, e Rui Carlos Medeiros Alvarenga, pelos sucedâneos nas listas de candidatura, respectivamente, Frederico Guilherme Vasconcelos Dias Ferreira Teixeira, Maria Cristina Macedo da Costa Veiga, Ana Cláudia Pinto Oliveira, Joaquim Albertino Simões de Oliveira, Jorge Miguel da Rocha Gonçalves, Sílvia Saraiva Carvalho Martins, Andreia Patricia Pereira da Fonseca, Júlia Margarida Ribeiro Correia, e Pedro Filipe Oliveira Rodrigues.[003](#)

Os sucedâneos nas listas de candidatura, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Emília Cristina da Cunha Gonçalves, António Alberto Rodrigues Santos Ferreira Neto, Eduardo Gonçalo Silva Antunes, João Miguel Moniz Laranjeira da Silva, Jerónimo Santos Dias, Marta Elisa dos Santos Dutra, pediram escusa.

Também e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que os Presidente de Junta de Freguesia, Henrique da Rocha Vieira, Victor Manuel Marques de Oliveira, e João Carlos Rodrigues Morgado, se fizeram substituir nesta reunião da Sessão, respectivamente, por Nuno Frederico Miranda Leite, Tiago Filipe Santos, Manuel Vieira dos Santos.

Foram efetuados os reconhecimentos de poderes.

Continuando, o Presidente da Mesa informou que ia colocar à votação do plenário as actas das Sessões anteriores, em tempo distribuídas por todos os membros da Assembleia. De acordo com o previsto no n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo não participam na votação os deputados municipais que não estiveram presentes.

Acta n.º 19 – Sessão Ordinária Novembro/Dezembro – 1.ª reunião da sessão realizada em 09-11-2018: - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.[.005](#)

Não votaram, por não terem estado presentes os deputados municipais e/ou os respectivos sucedâneos, Joana Filipa Ramos Lopes, Filipe Nuno Pereira Fernandes Tomaz, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Virgínia Maria Melo Matos, e Filipe Seiça Neves Barbado Guerra e os Presidentes de Junta Catarina Marques da Rocha Barreto, e Antero Marques dos Santos.

Acta n.º 20 – Sessão Ordinária Novembro/Dezembro – 2.ª reunião da sessão realizada em 16-11-2018: - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.[.006](#)

Não votaram, por não terem estado presentes nesta reunião da sessão, a Segunda Secretária Daniela Marisa Pereira de Magalhães, os deputados municipais e/ou os respectivos sucedâneos, Joana Filipa Ramos Lopes, Carlos Mário de Magalhães Anileiro, Raúl Ventura Martins, Nuno Manuel Marques Pereira, Virgínia Maria Melo Matos, Filipe Seiça Neves Barbado Guerra, e Rui Carlos Medeiros Alvarenga e os Presidentes de Junta, Firmino Marques Ferreira e Henrique da Rocha Vieira.

Acta n.º 21 – Sessão Ordinária Novembro/Dezembro – 3.ª reunião da sessão realizada em 23-11-2018: - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade. [.007](#)

Não votaram, por não terem estado presentes nesta reunião da sessão, os deputados municipais e/ou os respectivos sucedâneos, Joana Filipa Ramos Lopes, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Carlos Francisco da Cunha Picado, Virgínia Maria Melo Matos, e os Presidentes de Junta, Catarina Marques da Rocha Barreto, Ângela Maria Bento Nunes Saraiva de Almeida, Henrique da Rocha Vieira, Antero Marques dos Santos.

Acta n.º 22 – Sessão Extraordinária Dezembro – Sessão realizada em 19-12-2018: - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade. [.008](#)

Não votaram, por não terem estado presentes nesta reunião da sessão, os deputados municipais e/ou os respectivos sucedâneos, João Carlos Jerónimo Monteiro de Barros, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Raul Ventura Martins, Pedro Machado Pires da Rosa, Virgínia Maria Melo Matos, e Filipe Seiça Neves Barbado Guerra, e os Presidentes de Junta, Nelson Alexandre Dias dos Santos, Henrique da Rocha Vieira, e Antero Marques dos Santos.

Acta n.º 23 – Sessão Extraordinária Janeiro – Sessão realizada em 30-01-2019: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.⁰⁰⁹

Não votaram, por não terem estado presentes nesta reunião da sessão, os deputados municipais e/ou os respectivos sucedâneos, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, e Virgínia Maria Melo Matos, e os Presidentes de Junta, Catarina Marques da Rocha Barreto, Fernando Tavares Marques, Antero Marques dos Santos, João Carlos Rodrigues Morgado.

Continuando o Presidente da Mesa da Assembleia, leu a “Ordem-do-Dia” constante da convocatória para esta Sessão Ordinária de Fevereiro, cujos pontos se transcrevem:

- Ponto 1 – Apreciação e Votação do Mapa de Fluxos de Caixa e Mapas de Execução Orçamental e Revisão Orçamental n.º 1 - Integração do Saldo de Gerência;**
- Ponto 2 – Apreciação e Votação de Alienação de vários Imóveis do Município de Aveiro;**
- Ponto 3 – Informação sobre a Atividade Municipal de 06NOV18 a 18FEV19;**
- Ponto 4 – Apreciação e Votação do Procedimento concursal para dois postos de trabalho a termo resolutivo incerto de Técnico Superior | Áreas de Comunicação e Envolvimento Comunitário, e de Apoio Financeiro e Administração Geral, para o Projeto UIA – Aveiro STEAM City;**
- Ponto 5 – Apreciação e Votação da Abertura de concurso externo de ingresso para dez Postos de Trabalho na Carreira de Polícia Municipal | Categoria de Agente Municipal de 2.ª classe;**
- Ponto 6 – Apreciação e Votação do Aditamento ao Protocolo celebrado entre a CMAveiro e a REFER, EPE (atual IP);**
- Ponto 7 - Apreciação e votação das Propostas de Recomendação à Câmara Municipal, apresentadas pelo BE:**
 - a)* - Pela não construção de um estacionamento subterrâneo no Rossio;
 - b)* - Por um serviço de recolha de resíduos sólidos urbanos de qualidade;
- Ponto 8 - Apreciação e votação das Propostas de Recomendação à Câmara Municipal, apresentadas pelo PAN:**
 - a)* - Pela Implementação do Programa CED no Município de Aveiro;
 - b)* - Pela Prevenção e Combate à Violência Doméstica.

(As intervenções, nos termos regimentais, tem como suporte gravação áudio.)

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O Presidente da Mesa informou da presença no plenário de vários munícipes inscritos que desejam intervir no período regimental de intervenção do público, dando-lhe de seguida a palavra.

Munícipe Vera Lúcia Pires da Rosa⁰¹¹

Assunto: Lamentar o esquecimento a que tem sido deixado todos os espaços verdes da cidade. Sente-se que a cidade se resume à Avenida do Museu.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰¹²

"Senhor Presidente muito obrigado. Boa noite a todos. D. Vera Lúcia duas ou três notas muito simples. A primeira para lhe dar conta que a Escola da Vera Cruz quando chegámos à Câmara há cinco anos era uma obra parada. Um conflito grave com o empreiteiro e um projecto cheio de disparates.

Parámos a obra, refizemos o projecto, custou a obra mais 500 mil euros do que estava contratado, porque tinha uma carrada de asneiras. Tinha, sendo uma escola de 12 turmas tinha um refeitório para 30 alunos, tinha um espaço interior para distribuição de alunos aberto, a céu aberto, etc. Portanto parámos a obra, refizemos o projecto, gastámos mais meio milhão de euros do que estava contratado e hoje temos uma escola com grande qualidade, independentemente dos dois defeitos que referiu, depois há-de dizer quais, para tentar corrigir.

Ponto 2. Os espaços que referenciou da piscina do Sporting são espaços privados. Se o seu jardim da sua casa está mal cuidado, não é a Câmara que vai cuidar. Portanto, aqueles espaços envolventes à piscina do Sporting, são espaços privados do Sporting Clube de Aveiro. Há lá um problema grave para resolver e estamos a ajudar a resolver, que é um problema de escoamento de águas de saneamento da própria piscina. É um problema muito complexo, que nasceu do defeito do projeto daquela infraestrutura. Estamos a procurar ajudar a arranjar uma boa solução que não é fácil, se fosse fácil já estava resolvida. Mas dar-lhe nota que se trata de um treino privado e que quem cuida dos terrenos privados, são os privados. Independentemente da Câmara cooperar com o Sporting. Mas não sei se sabe, fica a informação, o nosso Sporting, a sua maior aflição nos últimos 4 anos foi acabar o Posto Náutico, que têm ali junto ao início do terminal sul do Porto Aveiro. E, portanto, só em 3 anos, a Câmara canalizou quase 50 mil euros para ajudar o Sporting na sua prioridade. E quem define as prioridades dos clubes são as entidades privadas, não é a Câmara. É como na casa da D. Vera, quem define o que se faz lá em casa, não é o presidente da câmara, é a senhora. Portanto o Sporting definiu como a sua prioridade acabar a obra do Posto Náutico. Está quase, quase acabado, falta 2 ou 3 pormenores. Mas foi a ajuda da Câmara permitiu ao Clube acabar. Hoje já sabemos que o Clube vai direcionar atenções da sua infraestrutura piscina, já começa a entrar numa fase que necessita de intervenção, sabemos disso pelo próprio clube e, portanto, eventualmente estarão também mais preocupados com a parte de dentro. Mas seguramente o Sporting também quererá cuidar da parte entre aspas, relvada ou ajardinada. E a Câmara terá muito gosto em cooperar. Mas quem manda nas casas privada não é o Presidente da Câmara, é cada um dos donos da coisa privada.

Ultima nota. Esta zona que referenciou é a nossa zona de requalificação urbana do Bairro da Beira Mar.

Aquilo que nós referenciamos como Bairro da Beira Mar está contido entre o Canal de São Roque e a Rua do Carril. É a Rua do Carril que faz a delimitação norte daquilo a que chamamos o Bairro da Beira Mar e depois se fecha com a Rua do Gravito e com a Rua de Sá.

Rua do Gravito e com a Rua de Sá estão neste momento com intervenções. O contrato de empreitada está neste momento em actos preparatórios para envio a Visto do Tribunal de Contas. É uma obra de 450 mil euros que está entregue ao empreiteiro. E assim que

chegar o Visto, siga. Mas tudo o que vem daí para dentro e para Sul é o Bairro da Beira Mar que está numa fase de contratação projectista para fazermos o projecto de requalificação de todo o Bairro da Beira Mar. Sabendo que, no próprio projeto, é muito provável que depois façamos um faseamento da obra, porque obviamente, não é imaginável que colocamos toda aquela área urbana em simultâneo em obras. Mas o projeto vai ser todo em simultâneo. Porque além dos 2 ou 3 defeitos que referenciou eu sou capaz de dar aí mais um 70 ou 80 defeitos. Temos o cadastro bem feito. Agora é preciso fazer projeto e não vamos fazer o projeto para engavetar. Vamos fazer o projeto para executar a obra. Não será no todo porque não faz sentido, terá ser depois faseada, em razão da estrutura urbana que ali temos e que obviamente precisa dessa intervenção. De resto, em termos de ouvir os munícipes, não tenho nenhum pedido de audiência da sua parte, mas terei muito gosto em ter o pedido apresentado e a recebê-la para podermos conversar com mais calma e sem limite de tempo. Muito obrigado."

Munícipe Ivo Alexandre Costa Alves Angélico⁰¹⁴

Assunto: Mobilidade suave em Aveiro e situação da Avenida Lourenço Peixinho.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰¹⁵

"Muito obrigado. Ivo eu quero apenas só deixar uma nota muito simples. Aliás, tivemos aqui o João Almeida na sessão do PDM ontem mesmo. A MUBI quando nasceu pediu-me uma audiência, mas poucos dias depois já estava a fazer coisas que não tinha nada com a audiência, e ontem na conversa que aqui tive nesta mesma sala que o João Almeida ficou combinado termos uma reunião um dia destes sobre estas matérias.

Estamos em desacordo IVO. E na vida, como na democracia, é normal e democrático estarmos em desacordo. E quando há duas posições diferentes sobre a matéria, alguém tem que decidir.

Acha o IVO que eu deva fazer a sua vontade! E eu acho que devo fazer a vontade do executivo municipal e mim mesmo, dos técnicos da Câmara, dos técnicos de quatro empresas especialistas em mobilidade que trabalham connosco. Pronto, mas a MUBI acha que tem razão. Nós achamos que não tem razão. Mais, eu não acho que Lisboa seja um grande exemplo em termos de mobilidade suave. Devo dizer isto com clareza. Conheço o projeto, conheço o plano, é dos colegas que mais respeito (não exatamente como presidente de Câmara), aprendi a respeitá-lo porque foi dos melhores governantes com quem trabalhei na minha vida de vinte um anos de autarca que é o Fernando Medina. Pessoa da minha mais elevada estima e consideração. Mas reconheço que em Lisboa a revolução que ele começou a fazer é interessante.

Mas não vou a Lisboa buscar bons exemplos. Não, não. Está lá em Lisboa o que nos interessa vamos buscar para cá. Mas está em todo lado ideias interessantes que podem ser positivas para nós aprendermos com elas para a nossa cidade e vice-versa, como é evidente. E, de facto, se quiser fotografias ou melhor é ir lá porque pode pensar alterei as fotografias, mas as últimas que eu tirei exatamente na rua que mencionou, na Avenida Fontes Pereira de Melo, que liga o Saldanha ao Marquês, e na Avenida que aflui à Fontes Pereira de Melo que é a Avenida da República, de facto, a via de bicicletas é mista entre bus e bicicleta.

Ouçá é o que é. Vocês continuam a dizer que não. Ainda há dias uma outra associação concorrente vossa e com quem tive uma longa reunião, vieram com a mesma coisa e não é verdade.

Eu desses-lhes, olhem eu detesto que me digam que uma coisa não é verdade quando estou a dizer a verdade. Portanto façam o que eu fiz. Para não acreditarem nas minhas

fotografias vão à Fontes Pereira de Melo e tirem fotografias e vejam que o corredor da direita no tráfego, e que é o corredor contíguo ao passeio, é misto de bus e bicicletas.

Mas não foi ali que fomos buscar a ideia. As 4 empresas que trabalham mobilidade para o nosso município, mais os técnicos da Câmara, são gente avisada, são gente competente, são gente que sabe, por mais que a MUBI também saiba. Não estou a desconsiderar o vosso conhecimento. Estou apenas a dizer que nós também sabemos. Que nós contratamos gente que é especialista nestas matérias. Não andamos para aqui agora a fazer maluquices. Isto é uma coisa. Outra coisa é estarmos em desacordo.

Estar em desacordo Ivo, faz parte da vida. Já na sua própria vida, que é uma pessoa ainda nova, já seguramente teve desacordo com pessoas e alguém teve de tomar uma decisão. E assim será a vida toda, como eu, como nós todos. Mas não tenho que vos fazer a vontade. Ainda por cima o seu conceito técnico está absolutamente errado. E aquilo que nós queremos da cidade é, de facto, uma cidade que seja propícia ao uso pedonal e ciclável, mas não vamos fazer ciclovias em tudo quanto é lado.

Vamos é criar zonas, áreas, sinalização, cultura, para que a presença da bicicleta e do peão seja cuidada no sítio onde não havendo ciclovia marcada, ela ao abrigo da lei do país que é o Código da Estrada, circula com condição de velocípede e com proteção legal. Portanto é este tipo de atitude e de responsabilidade que nós estamos a desenvolver com todo o cuidado, com todo o critério e tomando opções. São diferentes das da MUBI, mas, com certeza. É a vida. São aquelas que outra gente que pensa e que é especializada nestas áreas (embora falaremos com o pormenor melhor na nossa reunião), para escolhermos as melhores soluções.

Agora lhe garanto (para terminar) os nossos técnicos e as empresas trabalham para nós são só das melhores empresas que há no país em termos de mobilidade. Fazem as coisas bem-feitas. Não andam aqui agora a fazer coisas que não têm sentido ou ilegais ou que põe em causa a segurança dos cidadãos. Isso não existe como é evidente. Muito obrigado."

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS):[016](#)

"Senhor Presidente, basicamente é para isto. O período de intervenção do público, como consta do nosso Regimento, o senhor Presidente tem obrigação de providenciar que o cidadão seja esclarecido. Neste sentido concedeu (e bem) a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para em nome da Câmara Municipal dar os esclarecimentos. Só que acontece que o município também pediu esclarecimentos a nós, assembleia. Portanto o que perguntava é se também vai conceder palavra à Assembleia para esclarecer o município de acordo com o que prevê o artigo do Regimento que aprovamos em Novembro de 2017. Era esta a questão que eu punha à Mesa."

Presidente da Mesa:[017](#)

"Senhor deputado, a leitura que eu faço da intervenção do município foi claramente no seguimento, da expectativa que as pessoas têm aqui, deste grande marco da revolução de Abril que é termos um Presidente da Câmara eleito, que além de ter, tem de responder aos municípios - e que diga-se em abono da verdade não se tem furtado a fazê-lo.

Mas de resto o que foi feito pelo município foi um apelo genérico aos deputados. Não vamos agora aqui todos tomar uma posição de querer responder ao município. Certamente terá ocasião também no período de antes da ordem do dia de utilizar o seu tempo para o fazer."

Município Ana Catarina de Pinho Assunção:[018](#)

Assunto: Projecto de Requalificação do Rossio.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[020](#)

"Senhor Presidente, respondo em meio minuto. A Ana Assunção durante o mês de Janeiro teve duas reuniões comigo sobre esta matéria. Portanto já falámos, já respondi às perguntas todas e mais alguma, foram duas boas reuniões muito saudáveis e muito vivas. A Ana também é autarca na Assembleia de Freguesia de Esgueira e, portanto, sabe a regras e as condicionantes deste processo de debate aqui.

E viu-se no final da sua intervenção que a questão que está aqui em causa é político-partidária. A forma como acabou, a forma de fazer política, é essa questão. Não quero ir além do Senhor Presidente, mas dizer que não temos um ponto. Temos dois pontos na ordem de trabalhos para do tema do Rossio. O nosso ponto 3 em que dedicamos na nossa informação da atividade municipal uma área muito grande ao Rossio exactamente. E por iniciativa do Bloco de Esquerda o ponto 7.

Portanto se há tempo para essa matéria é a assembleia que estamos a começar hoje. Muito obrigado."

Munícipe Paulo Henrique Oliveira Tavares Silva[022](#)

Assunto: Processos de Fusão e Cisão da SIMRIA/Águas do Centro litoral.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[023](#)

"Duas ou três notas para responder com clareza, como sempre gosto de fazer. Primeiro não podemos falar nisto como município de Aveiro. Estamos todos juntos, os municípios da região de Aveiro. Nem na SIMRIA estávamos sozinhos nem nada. Portanto é o conjunto de municípios da Região de Aveiro.

Ponto primeiro. Fomos contra a criação da AdCL (Águas do Centro Litoral). Em Dezembro de 2014 tomámos uma posição formal na CIRA e partilhamo-la com o Governo de então. Lutámos o que podemos com o Governo de então (nosso próprio partido) porque entendemos que aquilo que ia fazer estava errado. Mais. Não fomos só contra. Fizemos uma proposta de solução alternativa. E aquilo que propusemos formalmente também, depois sei lá quantas reuniões informais, foi fazer uma operação que seria modelo no país. Que era ao mesmo tempo fazermos fusão de empresas e verticalização sectorial. Fazendo a soma da SIMRIA com a ADRA. O Governo não aceitou! O Senhor Ministro Jorge Moreira da Silva quis levar a dele avante e inacreditavelmente, há um único grupo de municípios a quem AdCL interessa especialmente, que é Coimbra.

Está em tribunal ainda hoje. O município de Coimbra pôs o Estado em Tribunal, vota contra tudo AdCL, é contra os investimentos enormes que a própria AdCL quer fazer em Coimbra, tem sido um filme.

Nós, chegado o Governo novo, reunimos imediatamente com o novo Governo. E do Senhor Secretário de Estado Carlos Martins, tivemos toda a concordância em relação à nossa proposta. Então começaram-se trabalhos, estudos, etc. para darmos o passo atrás e concretizarmos a nossa proposta que nós Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro fizemos.

Está a acabar a legislatura e, de facto, o atual Governo tem este problema de ser muito lento e andar sempre, faz-me sempre lembrar o que faz um jogador do futebol Clube Porto (meu clube do coração), que era meio-campista e andava sempre às voltas. O Frasco andava sempre às voltas. É uma coisa parecida o que temos hoje na governação do país. Portanto está a acabar a legislatura e andamos às voltas com o estudo.

Vão ver nos próximos dias, que vai sair um despacho, do Secretário de Estado Carlos Martins, que foi previamente negociado e acordado à letra connosco, em que cria formalmente um grupo de trabalho, constituído por 6 entidades, para até ao final do mês de Junho deste ano, fazer um relatório para sistematizar os tais estudos que se andam a fazer, com os vários cenários, para tomarmos uma decisão de fusão e verticalização na Região de Aveiro, e estudar também a possibilidade de integrar a Associação de Municípios do Carvoeiro/Vouga.

É isto que defendemos desde 2014. E a vida da AdCL apenas nos veio dizer uma coisa: tínhamos razão, apenas queremos levar para a frente a nossa ideia. Somos nós que estamos certos. A AdCL não é querida por nós, não é querida por Coimbra, não é querida por Leiria, foi uma imposição do anterior Governo, que o actual Governo discordou, mas são daquelas discordâncias que não servem de nada. Está a acabar a legislatura do actual Governo e a vida útil política, obviamente, vai naturalmente acabando e lá está a AdCL vivinha e a governar com toda a plena condição legal e financeira.

Dizer também, que nós já há muito tempo que não recebemos dividendos da SIMRIA. Nós deixámos de receber dividendos na ainda SIMRIA (nós Aveiro e todos os municípios) e da AdCL também zero. Inventaram uma regra que um dia destes vai ter um procedimento que eu devo manter em absoluto recato, que diz que a verba que temos em dívida (dívida entre aspas) por serviços não prestados aos nossos municípios, fica em conta (num processo completamente marginal a lei) fica em conta para os nossos dividendos! E que ainda temos que pagar juros que é a coisa mais absurda que eu vi na minha vida.

Portanto Paulo Silva, estamos a trabalhar, estamos na luta. Do anterior Governo não tivemos apoio (eles seguiram a deles e nós contra). Do actual Governo temos apoio, são a favor, mas também são do contra porque está tudo na mesma.

Nós temos um administrador em quem confiamos muito, tem sido um excelente administrador não executivo, o nosso representante é não executivo, mas trabalha muito, é muito dedicado, tem sido impecável, chama-se Silvério Regalado e é Presidente da Câmara de Vagos. E nós sentimo-nos muito bem representados pelo Presidente Silvério Regalado.

Portanto não queremos cá privado nenhum. Queremos continuar a ter este sector na nossa mão, mas queremos ter a nossa empresa, porque achamos que vai ser muito melhor para nós e vai ser um exemplo bom para Portugal. Muito obrigado."

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Terminados os esclarecimentos, o Presidente da Mesa deu início⁰²⁴ ao Período Regimental de Antes da *Ordem-do-Dia*, solicitando aos Grupos Municipais que indicassem quais os vogais que iam intervir neste ponto.

Membros da Assembleia

Vogal Pedro Rodrigues (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰²⁵

Boa noite. No passado mês de Dezembro a Câmara Municipal de Aveiro, com o apoio da GNR pôs em prática recolha de cães na região de São Jacinto, por causa do problema associado com as matilhas. Segundo a Câmara Municipal o objetivo desta ação era retirar os animais de rua para serem (e passo a citar) encaminhados para uma instituição fora da região, uma vez que o município de Aveiro não tem um canil municipal. Recordamos que sempre que o PAN propôs uma recolha dos animais para a realização das esterilizações, com o objetivo controlar os nascimentos e subseqüentemente o aumento das matilhas, sua

excelência o Presidente da Câmara contrapôs sempre que o facto de não haver recursos nem enquadramento legal para realizar essa apanha. Ora, como percebemos agora, já sabe como fazer. Mas a pergunta que se impõe agora é, a que instituições foram entregues os cães capturados nesta operação especial."

Vogal Filipe Guerra (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[026](#)

"Exmo. Senhor Presidente, Senhores deputados e demais presentes. Eu hoje, ao contrário do que é habitual não farei nenhuma intervenção, mas gostaria de chamar a atenção para um aspecto.

Portanto, tivemos a intervenção do Público, que pessoalmente ouvi e tomei nota. Foram intervenções com interesse e sobre temas relevantes. O Senhor Presidente de Câmara respondeu como entendeu. Mas eu gostaria de dizer o seguinte. O deputado Pedro Pires da Rosa colocou uma questão que é pertinente e que também nós já a temos colocado. Eu de facto também acho que não faz sentido que os cidadãos participem na Assembleia Municipal e os deputados municipais não tenham uma forma de se assim o entenderem responder ou complementar em relação aquilo que são as preocupações dos cidadãos.

Eu relembro que a tradição desta Assembleia Municipal, sempre foi, aliás, confesso que estranho a situação com que nos deparamos neste momento, porque sempre houve esse tempo para os deputados.

Francamente não consigo agora recordar-me perfeitamente, já não sei se era por partido, mas, naturalmente, sem grandes delongas, mas havia um momento para que nem que seja em remate, depois de todas as intervenções do Público, acho que é uma questão a ajuizar e a ver. Mas não creio que faça nenhum sentido os deputados municipais estarem aqui presentes, ouvirem e não poderem participar e dizer o que entender. Tenho dito."

Presidente da Mesa[027](#)

Vogal Filipe Guerra (PCP)[027](#)

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) — Nos termos do artigo 34.º do Regimento:[028](#)

"Senhor Presidente é para uma interpelação à Mesa. Tem a ver exactamente com isto. Era só para lhe fazer uma nota histórica. Nunca e eu fiz já parte de vários mandatos, com diferentes presidentes da assembleia municipal do CDS, do PS, do PSD, e agora independente, e dizer-lhe o seguinte: nunca estive no Regimento este tipo de tratamento.

O que havia era um costume desta casa, de tradição democrática, de grande tradição democrática, em que era concedido um tempo de 2 minutos ou 3 minutos por bancada, para haver uma prestação, enfim partidária, ao munícipe que se dirige à Assembleia. Eu lembro-lhe que os municípios também se podem dirigir a Câmara Municipal nas reuniões de Câmara Municipal. Cabe a Vexa perceber essa tradição se quiser honrar os seus antecessores todos, todos os seus antecessores, e prossegui-la. E resolve isso facilmente em Conferencia de Líderes e escusa de estar à espera da revisão formal do regimento. E portanto, isso é uma questão de boa vontade que aliás entronca com os princípios com que o Senhor Presidente se candidatou neste mandato e como exerce as funções de Presidente da Assembleia Municipal."

Presidente da Mesa:[029](#)

"Senhor deputado, já agora só para o informar que não sou independente nem faço questão de fingir que sou independente. Eu sou militante. Não devíamos estar aqui a

entrar neste tipo de informação, mas já agora dizer que não tenho vergonha nenhuma e sou militante do Partido do PSD. Mas vamos então avançar."

Vogal Andreia Fonseca (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta⁰²⁹

"Obrigada Senhor Presidente. Começo por cumprimentar todos os presentes. E numa nota prévia, o Bloco de Esquerda queria dar conta do surgimento de um movimento em Aveiro que terá como finalidade a organização da 1ª marcha LGBT em Aveiro.

Burburinho típico. Muitas já são as marchas em Portugal em várias cidades e este movimento acredita que Aveiro não deve ficar afastado deste tipo de eventos. Muitas têm sido as leis aprovadas que permitiram um grande progresso em termos dos direitos LGBT em Portugal, mas ainda existe muito por fazer. E ainda existe um longo caminho para percorrer em termos das mudanças que nós pretendemos ver na sociedade. Mudanças essas que são refletidas, por exemplo, quando se fala que vai existir uma marcha LGBT e continua todos os dias a existir actos de homofobia. Alguns deles que até ocorrem também por Aveiro. Para todos aqueles que estão um bocadinho afastados desta realidade, basta falar de um evento que ocorreu numa escola em Vagos onde um casal de lésbicas foi discriminado, alvo de preconceito, e isso gerou também um grande movimento por parte dos seus colegas que até foi noticiado do ponto de vista nacional.

Nós pretendemos que Aveiro seja uma cidade reconhecida. Até porque queremos também que seja eventualmente Capital Europeia da Cultura. Achamos que é importante que a cidade seja reconhecida por muitas coisas inclusivamente por ser uma cidade inclusiva, onde todas as pessoas são aceites. E não há melhor forma de demonstrar como Aveiro respeita a liberdade individual do que apoiar a realização de uma marcha, aquela que será a primeira e que nós queremos que seja a primeira de muitas. E por isso também endereço um convite a todos, no próximo dia 22 Março decorrerá a sessão de apresentação oficial da marcha e espero que possamos estar lá todos a lutar para que Aveiro seja uma cidade de todos para todos. Obrigada."

Vogal Júlia Correia (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰³⁰

"No passado dia 14 de Fevereiro a cidade de Aveiro juntou-se a tantas outras cidades e fez 10 minutos de barulho. Foram 10 minutos de barulho para que todos possam dizer basta. "Basta" porque os números são aterradores. Morreram 503 mulheres em 15 anos. 28 em 2018 e apenas em 2 meses de 2019 já morreram 11 mulheres.

A violência contra as mulheres especialmente em contexto doméstico é uma das formas de violência mais difíceis de combater e erradicar. Esta dificuldade assenta sobretudo na resistência da sociedade em geral e da Justiça em particular, em reconhecer a gravidade da violência doméstica e em não compreender que essa desvalorização desprotege as vítimas e a deixa sozinhas numa luta que é sempre desigual. Esta cultura de desvalorização confirma-se sistematicamente nos argumentos conservadores e misóginos das sentenças dos Tribunais, onde os dados oficiais nos dizem que 85% das denúncias de violência doméstica não chega sequer aos Tribunais..."

Presidente da Mesa:

"Senhora deputada desculpe interromper. Nós temos uma certa disciplina dos trabalhos. E a disciplina dos trabalhos diz que isto é período de antes da ordem do dia. Esse tema foi agendado para um ponto de discussão. É o mesmo. Esse tema vai ser objecto do ponto 8. E neste momento de antes da ordem do dia é para tratar assuntos que não estão na ordem do

dia. Esse assunto não está na ordem do dia. Peço-lhe desculpa, mas convém frisar esse aspecto.

Vogal Júlia Correia (BE):

"Posso prosseguir? Bem, deixo então este tema para ser discutido quando for apresentada a proposta.

Querida apenas então fazer aqui uma referência às intervenções do público e saudar cada uma das intervenções que foram feitas. Cada uma delas veio estruturada, preparada, e em relação a algumas delas, nomeadamente a questão da apresentação feita pela MUBI e pelo Juntos pelo Rossio, há questões aqui que efetivamente precisam de esclarecimento mais cabal por parte do município. Eu estive presente também na sessão do PEDUCA e que foi feita também para a apresentação das alterações que vão ser efetuadas na Avenida Doutor Lourenço Peixinho. E efetivamente naquela data o projeto estava numa fase muito embrionária. Agora aparece-nos efetivamente como já estando em fase de conclusão do projeto! Isso não é uma forma de acolher, não é uma forma de discutir, não é uma forma de ouvir os cidadãos e de integrar a posição dos cidadãos nas opções que o município toma em relação ordenamento que faz na sua cidade. Tenho dito."

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[031](#)

"Muito obrigado Senhor Presidente. Cumprimento-o e a todos os presentes. Chegou finalmente ao seu termo a novela da propriedade do complexo de Piscina e do Pavilhão do IPDJ, equipamentos desportivos localizados em Aveiro.

A Câmara Municipal e os clubes utilizadores do complexo vão finalmente poder fazer a gestão e os investimentos de requalificação necessários, estando assim criadas as condições para a cidade dispor de equipamentos desportivos com mais qualidade.

Noto, no entanto, que ontem, através de um comunicado, o PS informou os aveirenses de que "Governo do PS proporciona a Aveiro um pavilhão e uma piscina municipais". É assim que está publicado, presumo que não haja qualquer erro de transcrição, noto apenas que além da congratulação, natural, com a decisão, o PS se tenha esquecido de dizer que, para além da tranquilidade que esta decisão traz a Aveiro e aos clubes utilizadores para os próximos 20 anos, nos últimos 20 anos houve governos socialistas durante 14 anos e foi preciso esperar pelo último destes 14 anos para que esta decisão fosse tomada.

Por último, e tal como o PS de Aveiro bem sabe, e que aqui e agora faz sentido recordar, o pavilhão e a piscina municipal são obras que em breve serão lançadas. Fizeram parte do programa eleitoral da Aliança com Aveiro, e é este executivo municipal que vai avançar para a sua construção. O projecto para estes equipamentos, a lançar no decorrer deste ano tal como consta das Grandes Opções do Plano para 2019, mereceu o voto contra do Partido Socialista.

Outro assunto tem a ver com a recente remodelação governamental. Esperamos sinceramente que o problema das portagens situadas dentro da área seja definitivamente resolvido. Com efeito o novo ministro das infra-estruturas Pedro Nuno Santos conhece bem estes locais e o novo Secretário de Estado das Comunicações, Alberto Souto, melhor do que qualquer elemento do governo sabe o prejuízo que esta situação já tão antiga nos causa a todos.

É lamentável que nenhum governo tenha, até à data, ouvido as reclamações de Aveiro e dos aveirenses (justas) e que nunca nos tenha sido explicado os motivos pelos quais Aveiro sofre, neste assunto, de uma discriminação relativamente a outras zonas do país.

Não podemos aceitar que nos tratem como portugueses de segunda categoria, que pagam para usufruir de uma infra-estrutura que noutros locais é gratuita.

Temos o caso das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, cujos acessos por auto-estrada, com a excepção das pontes que servem Lisboa, nos últimos 10 ou 15 quilómetros são gratuitos.

Temos também o caso da A8, que no troço entre Caldas da Rainha e Bombarral, não tem qualquer portagem, ou o troço da A29 entre o nó de Maceda/Feira e o nó de Gulpilhares que também é gratuito.

Mas o caso que talvez mais se assemelhe ao da A25/A17 é o da A28, onde o troço que serve de variante urbana a Vila do Conde e Póvoa de Varzim, também é gratuito. Aqui, como em Aveiro, a alternativa que existe, N13, é um troço urbano e a única alternativa é a auto-estrada.

Apelamos pois à CM que mantenha a sua pressão institucional para a resolução urgente desta situação. Mas também apelamos ao Partido Socialista que pelos de comunicação internos ajude Aveiro a soltar-se deste peso e destes custos — e, já agora, ao nosso presidente da Assembleia Municipal para que exerça igualmente a sua pressão fraternal.

Por último. A situação que se vive na Venezuela é motivo de preocupação para quase todo o mundo. Fome, falta de medicamentos, repressão e prisões sem mandato, criação de milícias populares e distribuição de armas por parte de quem ilegitimamente detém o poder, criação de órgãos políticos para tentar substituir aqueles que legitimamente foram eleitos e, por último mas não em último o bloqueio à entrada no país da ajuda humanitária impossibilitando assim a população de ter acesso aos bens que de outra forma não lhes chegam.

Como resultado destas políticas, temos a maior crise migratória dentro da América do Sul, com mais de 3 milhões de venezuelanos que abandonaram já o país em busca da sobrevivência.

Sabemos que da região de Aveiro partiram, ao longo dos anos, muitos emigrantes que procuraram, e conseguiram, uma melhor vida para si e para os seus familiares, mas que, em muitos casos, se vêm forçados a regressar ao seu local de origem, ou, em muitos casos, ao local de origem dos seus antepassados, sem que a sua saída pudesse ser preparada e programada, vendendo os seus bens e repatriando os seus capitais para poderem usufruir de paz e tranquilidade em Portugal.

Não temos números deste regresso forçado. Mas todos nós nos apercebemos que cada vez mais se ouve falar um espanhol diferente daquele que é falado pelos turistas que nos visitam oriundos de Espanha. E que cada vez mais somos atendidos no comércio ou na restauração por representantes desta nova vaga de imigração forçada.

A questão que coloco à CM é se já dispõe de números relativamente ao concelho de Aveiro relativamente a famílias que regressaram recentemente da Venezuela e se Aveiro está em condições de dar todo o apoio a estes aveirenses no suprimento de necessidades básicas como a Habitação, a Saúde ou a Educação. Disse."

Vogal Raúl Martins (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta⁰³²

"Obrigado senhor Presidente. Hoje vou ser necessariamente breve. Mas gostaria de deixar aqui duas notas ao nosso Presidente que hoje certamente as vai aceitar melhor, já que o seu clube de eleição está ganhar.

Primeira nota, pombos. Existe em Aveiro um número descontrolado de bandos de pombos e pombas, que obviamente são extremamente perigosas por causa de poderem transmitir doenças zoonoses, algumas das quais muito complicadas como as encefalites virais.

Mas além disso, estragam os edifícios, sujam tudo. Os bandos estão agora a juntar-se com os bandos de ílhavo em que também há descontrolo (ouvem-se vozes).

Não tenham dúvidas quem reside na zona de fronteira apanha com os dois. Imaginem o que é o aquecimento solar quando chega aquela coisa. A situação está incontrolada é preciso tomar medidas de controlo.

O regulamento próprio destes animais é necessário pô-lo em prática. E é preciso arranjar soluções para necessariamente controlar os bandos.

Não é matar as pombas. Até porque matar as pombas morre uma pessoa em casa (é a credence popular). Estamos numa altura em que elas se estão a multiplicar - estamos na primavera e, portanto, elas estão-se a multiplicar de uma forma brutal e não vejo ninguém a tomar decisões nesse sentido. Sendo certo que se aparecer por aí problemas de salmonelas, cocoses ou alguma doença fúngica, alguém vai ser responsabilizado por isso. Outro do problema é o dos corvos marinhos. Os corvos marinhos, se não sabem, deram cabo de quase das pisciculturas aveirenses.

Quem tem pisciculturas sabe que quando entram os corvos morre a piscicultura. Houve pessoas que tentaram ainda proteger os espaços com redes e não sei que mais, mas de facto não conseguiram e nalguns casos o processo definhou e foram à falência.

E chegaram aos canais da cidade. Não sei como é que se pode fazer, mas está na altura do município estudar formas de controlo disso. Porque a Ria de Aveiro é uma grande nursery de peixes, mas com a quantidade de corvos marinhos que cá está (não é para controlar os robalitos e outros peixes) acabam definitivamente com a obscuridade na Ria. A natureza aí está descontrolada. Descontrolou-se porque não há predadores naturais e é preciso que volte outra vez aos eixos. Porque se não estamos sujeitos a que esta zona tão rica de alevins e pequenos peixes que por aqui nascem e vivem, vamos ficar mal.

E já agora, para completar os pássaros tenho de falar das cegonhas. Das cegonhas que podem em termos de transmissão de doenças serem ainda mais graves. Nós, quando era garoto, para vermos cegonhas íamos a Eirol para ver as cegonhas na chaminé. Havia no máximo três ou quatro ninhos. Hoje se calhar estão monitorizadas 500 ou 600 no município. Mas são as que estão monitorizadas porque há muitas mais.

De facto, quem vai para a Ria ali para a zona do Baixo Vouga, já não ouve uma rã a cochar. Acabaram as rãs. Acabaram primeiro os lagostins, depois as enguias, as rãs, as relas. Além disso aos pássaros pequenos, elas como são predatórias comem-lhes os ovos dos ninhos. Enfim, toda essa fauna do Baixo Vouga tão rica está em vias de desaparecer.

É necessário tomar aqui medidas de monitorização estrita. E nomeadamente impedir que na estação de tratamento de lixo, não mande para aterro lixo orgânico que fique à mostra donde se podem alimentar. A ver se elas naturalmente, como se tronaram sedentárias aqui, continuem como antigamente a fazer os seus fluxos migratórios.

Uma outra nota muito pequena só para dizer que... Ó Senhor Presidente, desculpe estar a dizer-lhe, mas o Senhor tem de passar por lá. Aquilo que se está a fazer na antiga casa do Conselheiro Queirós, aquilo não vai ficar bonito.

Eu com o Senhor Presidente até fizemos algumas coisas, lembro-me por exemplo do posto de vigia da Guarda Fiscal que existia no meio do Porto de Aveiro e do que se faz no Oudinot e outras tantas coisas mais. Ó Senhor Presidente, veja lá se intervém porque aquilo vai ficar um nojo. Nós vamos todos ficar mal na fotografia.

Finalmente, lixos. Há muitas pessoas a queixarem-se de que as coisas pioraram. Não o sinto na área onde moro porque por acaso lá meteram uns sistemas diferentes. Mas de qualquer forma é preciso verificar isso e atender às reclamações e fazer por aí umas visitas não programadas para ver efectivamente como as coisas são. Obrigado Senhor Presidente."

Vogal Fernando Nogueira (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta⁰³³

"Muito obrigado Senhor Presidente, boa noite a todos. Continuando numa nota faunística, mas com alguma seriedade, que é uma pergunta que é, não vamos então deixar que os "robalos" venham até às ruínas da Capela de São João.

A questão é séria. Quando é que vemos reposta aquela camada que lá está, aqueles montes que lá estão? Havia uma ordem de suspensão dos trabalhos e nós continuamos a viver cá, o Jardim continua a ser aquele e aquela situação não é bom para quem tem uma Primavera e um Verão turístico à porta. Deve haver certamente esclarecimentos ou razões para que aquilo continue assim.

A outra é diretamente relacionado com a Avenida. Porque como se bem se sabe, a preocupação com o Rossio é grande, mas também é verdade que estivemos numa sessão do PEDUCA em Junho (6 ou 7 de Junho) do ano passado, em que vimos uma intervenção miserável (diria eu) duma equipa com uma proposta de estudo em que ficou um compromisso político de fazer uma discussão antes do estudo, da passagem ao projecto de execução, que não aconteceu! E, por isso, a questão que se põe é uma questão de preço político, de favor político se quisermos, de prestação política, relativamente a uma proposta que foi claríssima e que ocorreu nessa sessão do PEDUCA.

E por isso, peço esclarecimento por que é que isso não aconteceu e quando é que vai acontecer?"

Vogal Rosa Pires (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta⁰³⁴

"Muito brevemente, porque a minha questão também tinha a ver com o que o Fernando Nogueira disse. O PS não pode deixar cair, de saber o que é que este executivo pretende fazer na Avenida?"

Quanto a mim, é mais fácil de resolver quando o Senhor Presidente deixar de ser Presidente da Câmara, eventualmente não custará tanto dinheiro, mas do meu ponto de vista, pessoal, lá estou a discordar. Dizer-vos que é bastante pior o que eu vi de proposta para a Avenida, porque é a destruição completa da Avenida.

E eu diria que se essa ideia vingar é retirar o nome de Avenida e pôr nome de rua com outro nome qualquer.

Eventualmente até do atual presidente de câmara, para exemplo futuro do que foi a obra deixada no município.

Do meu ponto de vista a Avenida tem de ser requalificada, estamos todos de acordo em relação a isso. Mas eu acho que a proposta deve manter obrigatoriamente o separador central.

Retirar o separador é para mim a desqualificação dela como Avenida e nesse sentido a minha frontal oposição, do que é a perspectiva do executivo, legítima. Tão legítima como a minha do que se deve fazer na Avenida.

Em relação às questões levantadas pela munícipe Ana Catarina Assunção, sobre o Rossio. A Ana Catarina eleita pelo PS na Assembleia de Freguesia de Esgueira, mas ela veio aqui fazer afirmações concretas sobre o Relatório Técnico e sobre afirmações que constam do relatório técnico e que contradizem o que é a perspectiva da autarquia em levar para a frente a obra. E isso ficou por esclarecer. O Senhor Presidente é um bom político, discursava bem, tem boa oratória, mas não respondeu e escondeu-se da confrontação.

Então das duas, uma. Ou a pergunta não tem fundamento e o relatório técnico não indica aquilo que foi perguntado ou então há uma contradição óbvia entre a fundamentação

técnica para a obra prosseguir ou não. Portanto devia deixar aqui esta nota no período de antes da ordem do dia.

Esta Assembleia quando os munícipes vêm aqui Senhor Presidente da Assembleia, eu há bocado só fiz uma interpelação à Mesa não lhe disse a minha perspetiva política que eu tenho sobre isto.

O Regimento diz: O presidente da mesa providenciará para que sejam prestados ao munícipe os esclarecimentos solicitados (esta é a obrigação do presidente da mesa) ou se tal não for possível será o cidadão esclarecido posteriormente por escrito.

Ora quando o munícipe vem à Assembleia Municipal vem para ser esclarecido. Eventualmente pelo Senhor Presidente da Câmara. O Senhor concedeu e bem a palavra ao Presidente da Câmara que falou o tempo que entendeu e respondeu aquilo que entendeu do ponto de vista político do que é a sua perspetiva. Nós, Partidos, não somos propriamente figuras estar. Se o PSD não quer dizer nada sobre isto ou o CDS não quer dizer nada sobre isto é lá com eles. Mas o PS tinha muito a dizer sobre isto. E é pena que não seja esse o entendimento. E devo dizer-lhe o seguinte. Isto não é uma perspetiva política. Este órgão vai rodando e os executivos municipais vão rodando. Eu já estive aí nessa Mesa. E não era esta a gestão que nós fazíamos e nós tínhamos maioria.

Portanto isto é um dia a discordar ao contrário mas não esqueça que a democracia tem os dois pratos da balança.

Portanto, eu acho, que nós devemos ter tudo isto em atenção e fazer respeito pelo que foi a tradição democrática sobretudo no município de Aveiro e sobretudo desta casa."

Vogal Ana Seiça Neves (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta⁰³⁵

"Boa noite a todos. Trazia aqui dois problemas, uma coisa rápida. Primeiro dizer que a nossa cidade está em obras, com todos os benefícios mas também com alguns prejuízos. Eu começava por dizer que as obras que foram feitas na Rua do clube dos Galitos, tem um óptimo tapete, é uma maravilha agora andar por lá. Mas gostava que o Senhor Presidente me esclarecesse por que é que não terá aproveitado a ocasião para que aquele passeio descente junto à Ria não tenha sido um bocadinho alargado? Há muita gente a passar por ali e agora avizinha-se uma época de turismo e portanto penso eu, no conceito, que era de aproveitar talvez a ocasião para ter feito isso.

A Rua Manuel Firmino também foi intervencionada. Mas aí já não tiveram direito a um tapete! Têm um alcatrão assim com uns altos e baixos. Está melhor, mas não está tão bonito como na Rua do Clube dos Galitos.

Tenho aqui outro tema para falar, mas vou passá-lo para quando falarmos da atividade municipal.

E agora quero-lhe dizer o seguinte. "last but not least" Para dizer que felicito todos os munícipes que aqui vieram intervir nesta Assembleia Municipal.

Porque esta assembleia tem obrigação, tem o dever, de os ouvir. Mas não são só os deputados municipais mas também o Senhor Presidente da Câmara. E devo dizer com todo o respeito e consideração que tenho pelo Senhor Presidente o seguinte. Não me pareceu do meu ponto de vista e com todo o respeito volto a dizer, nós todos sabemos que o senhor tem maioria, mas as pessoas vêm aqui para serem ouvidas. E quando são ouvidas gostam que os outros aceitem algumas das considerações. Podem ser coisas disparatadas ou não. Não é isso que está em causa. Mas o Senhor Presidente disse, temos divergências mas quem toma uma decisão sou eu. Eu acho que isso é um bocadinho autoritário e um bocadinho autista. Eu peço desculpa e volto a referir que tenho o máximo respeito. E que não tem sequer que fazer a vontade! Então eu pergunto o que é que as pessoas vêm aqui

fazer? Se não são ouvidos no seus anseios, quando deveriam ser, e eu acho que o Senhor Presidente até costuma ouvir as pessoas, acho que não ficou muito bem dizer isto a uma quantidade de pessoas que vêm aqui, a representar diversos movimentos, com os quais concordamos e discordamos, mas nós também não temos sempre a verdade absoluta do nosso lado."

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta [036](#)

"Obrigado Senhor Presidente. Saudar a Mesa e a Câmara, Senhores deputados. A minha intervenção tem a ver com a assinatura do Projeto de Desassoreamento da Ria de Aveiro. E como me interessa por esta temática há mais de 70 anos quero fazer algumas considerações sobre Projecto em si e o que vai se feito. Até porque ao longo dos últimos anos participei ativamente em vários projetos de estudo que a Universidade de Aveiro fez sobre a Ria e as zonas adjacentes, vulgo Baixo Vouga Lagunar.

E, portanto, queria dizer o seguinte. Não colocamos em causa a melhoria na circulação dos canais que a obra vem trazer. Mas chamo atenção para o seguinte. Dado a morfologia dos terrenos que são compostos por sedimentos, qualquer intervenção que aumente a entrada em velocidade da circulação da água na Ria e áreas adjacentes, provoca uma erosão nas pradarias marinhas levando os sedimentos de novo para zonas dragadas mais baixas.

É este o fenómeno que temos assistido ciclicamente desde a década de 50 do século passado até hoje. Sempre que se faz intervenções na Barra ou na Ria, estes problemas se agravam.

Alerto de que não são conhecidas alterações significativas desde a abertura da Barra em 1808 até à década de 50 do século passado.

É a partir das primeiras intervenções que são feitas na Barra na década de 50 que este problema da erosão e da destruição das ilhas (hoje chamam-lhe pradarias marinhas) se têm agravado.

Considero também um crime ambiental, que todos os sedimentos dragados não sejam utilizados na recomposição e requalificação das "motas" na defesa das pradarias marinhas existentes.

A este projeto de dragagem falta um plano para que a Ria e as áreas adjacentes volte a ter a qualidade ambiental e biodiversidade que já teve.

Será a zona do município de Aveiro a que mais irá sofrer pela relação direta que tem com a entrada da Barra. Assim, dada a gravidade das consequências está o Ministério do Ambiente e na sequência do que disse atrás a cometer um grave crime contra a Ria e o Baixo Vouga Lagunar.

Quando se está (e isso veio a público) a protelar a licença para a execução das obras defesa de água salgada no Baixo Vouga Lagunar e no rio Vouga, provocando e aumentando a possibilidade da cunha de água salina enquanto esses trabalhos não forem feitos.

Portanto deixava aqui duas notas. Uma. Senhor Presidente, como Presidente da Câmara de Aveiro faça duas coisas, comece a implementar na Ria de Aveiro, o ex-libris que nós já tivemos, de modo que a mobilidade seja mais suave e em que se utilize o vento e a força do homem para a mobilidade nas águas da Ria de Aveiro, evitando o motor, porque com a ondulação que provoca vai desmoronando as motas de sedimentos que temos na Ria. É uma sugestão que deixo.

E aqui deixava também outro pedido a todos. Façamos força para que os projectos que existem e que têm financiamento comunitário não sejam postos de lado e que mais uma vez Aveiro não seja esquecido. Obrigado."

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta⁰³⁷

"Boa noite a todos. Neste ponto do PAOD gostava de saudar a presença e as intervenções do público.

Segundo. Senhor Presidente, como todos sabemos nesta sala no nosso concelho existem duas estradas da responsabilidade do Governo que carecem de obras e melhoramentos por motivos de segurança e do próprio estado das vias.

Estradas onde tem havido muitos acidentes alguns dos quais fatais. Gostava de saber se nas estradas São Jacinto/Torreira e Aveiro/Mamodeiro tem havido algum desenvolvimento de parte do Estado Central.

Depois Senhor Presidente gostava que nos informasse sobre o apoio do Governo aos transportes públicos? Hoje ouvimos na televisão um autarca do norte do país a manifestar-se contra este apoio pelo modo como está a ser feito! Dizendo que o dinheiro ficava todo em Lisboa e no Porto e que para o resto do país ficavam só migalhas e boas intenções.

Desejava da parte do Senhor Presidente o possível esclarecimento deste assunto."

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰³⁸

Ponto 1 – Apreciação e Votação do Mapa de Fluxos de Caixa e Mapas de Execução Orçamental e Revisão Orçamental n.º 1 - Integração do Saldo de Gerência.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária pública, realizada em 08/02/2019, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

Continuando, o Presidente da Mesa⁰³⁹ deu a palavra Presidente da Câmara para apresentação dos documentos.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁴⁰

"Obrigado Senhor Presidente. Aproveito para fazer nesta intervenção a introdução dos dois pontos. Portanto não farei intervenção no ponto segundo.

Serei breve porque esta discussão é um prolongamento ligeiro da discussão que tivemos aqui há muito pouco tempo aquando do nosso plano e orçamento.

E portanto dar nota que seguimento um procedimento legal diferente do clássico que temos vindo a seguir. O clássico é aquando da aprovação da Conta e em acto posterior é aprovada a revisão orçamental e aí é feita a integração do saldo. Em regra isto é feito em Abril.

No caso seguimos um novo mecanismo que assenta no quadro legal do POCAL mas que em regra não é seguida pelos municípios. Esta é uma situação nova que tem vindo a ser discutida que por força de constrangimentos orçamentais cada vez mais os municípios passam os anos contabilísticos com saldo. E depois o que é que acontece? Passamos o ano

com saldo maior ou menor e como a integração do saldo só é feita em Abril ou Maio temos quatro meses e tal que não podemos fazer nada com aquele valor. Nem sequer podemos cabimentar. Não podemos fazê-lo legalmente.

Depois de discussões nomeadamente no seio do Conselho Directivo da ANMP, um dos municípios melhores geridos na minha opinião, que é o município da Batalha, adoptamos ao abrigo de um preceito legal do POCAL, fazermos aquilo que está proposto que é fechadas as Contas, fechados os Fluxos, fazermos a provação formal desses mapas obviamente, eles depois tal qual aqui estão, integrarão a Conta do ano e fazemos então a aprovação da revisão orçamental que, basicamente, nos vai permitir pegar no saldo que está no plano e orçamento, nas verbas a definir, e fazer a integração em verbas definidas, e nós podermos a partir de amanhã com a aprovação da Assembleia hoje, podermos fazer cabimentos e lançar procedimentos.

No nosso caso temos várias à espera da deliberação da nossa Assembleia Municipal, que é quem manda nesta matéria. E, portanto, esta é a explicação que queria dar porque é um ato novo. Mas, enfim, que o que fazemos com gosto. Obviamente ele está devidamente explicado e permite-nos aqui um ganho arredondando a conta de cerca de 2 meses.

É bom porque senão tínhamos mais 2 meses de contributo à não execução. Obviamente, nós podemos ter só os 2 meses de contributo de Janeiro e Fevereiro, em vez de termos 4 meses, temos objetivamente um ganho e esse ganho que vamos utilizar imediatamente com a aprovação que aqui vimos propor à nossa Assembleia Municipal.

Quanto ao destino da verba. A verba é superior à verba que temos prevista no nosso plano. Nós fizemos uma previsão de 30 milhões e temos uma verba de 48 milhões.

Portanto ela é substancialmente superior à verba que nós assumimos como previsível na altura, quando elaboramos o nosso Plano em Novembro. E o destino dele é que está absolutamente claro. Portanto há uma parte 14 milhões de euros, fazendo arredondamento, que vai para despesa corrente. Nós já tínhamos feito a projecção da despesa corrente à espera de um reforço de dotação. Obviamente ela não é assim tão elástica como é logico.

E o outro valor cerca de 34 milhões vai para investimento, vai para despesa de capital.

Todo ele tem destino obviamente. O nosso orçamento diz para onde vai, nomeadamente em requalificação urbana, equipamentos desportivos, etc. A verba tem toda destino e o documento que aqui trazemos diz isso com clareza como não podia deixar de ser. Há um destino objectivo e transparente para esta verba.

Segunda nota. Fazendo a transposição do segundo ponto, entendemos nesta fase da nossa gestão e lido o mercado, e feito um trabalho muito complexo e muito demorado de avaliação de trazer à Assembleia Municipal obviamente depois de levarmos à Câmara, uma proposta de alienação de propriedade. São quinze propriedades (terrenos e imóveis) que têm um valor arredondado de 8,5 milhões de euros e que entendemos colocá-las ao mercado para cumprir funções várias. Elas têm cada uma delas funções várias. Há duas delas com funções assim mais diferentes. São duas marinhas que colocamos também ao mercado. Aí com baixa expectativa de venda, porque a sinalização tivemos de interesse do mercado foi muito ténue, mas entendemos fazer este exercício também para verificar a reacção. Elas são ali próximas da Marinha da Universidade, junto ali a Santiago. E portanto entendemos que isto é um passo importante com um compromisso político de duas notas. No caso da nossa loja da SONATURA e da loja dos Arcos da Mercearia do Senhor António, a venda é feita com o ónus do inquilino. Portanto, nós ao vendermos o imóvel, quem o comprar fica, tem que assumir, o nosso contrato que temos com o nosso inquilino.

Portanto digamos que transpõe para o novo dono o contrato que nós temos quer com a SONATURA quer com o Senhor António.

E a segunda questão é o compromisso de assumirmos usar toda a receita que advenha desta hasta pública para pagarmos dívida. Portanto para anteciparmos no nosso planeamento de pagamento de dívida o pagamento da nossa dívida e por aí podermos dar um contributo para antecipar a chegada ao valor de 1.5 no tal rácio entre a nossa dívida e a nossa receita.

Portanto, este é seguramente um contributo importante. Obviamente é uma intenção de partida. Tem a avaliação dos nossos técnicos. Tem leitura de mercado, mas agora é preciso que jogue o mercado como é evidente. Após a decisão da Assembleia Municipal há a publicação do edital em Diário da República, ao tempo de exposição desse edital ao qual daremos a máxima publicidade possível, porque temos interesse em que a hasta pública seja o mais participada possível e, pronto, enfim, correndo os passos normais, algures pelo mês de Abril teremos hasta pública. E aí sim, veremos qual é a resposta do mercado a esta pergunta que no fundo lhe vamos fazer com esta operação.

Esta operação está integrada na gestão total da Câmara. Gestão financeira e Gestão patrimonial. Entendemos que era agora que isto fazia sentido. Relembro que nestes 5 anos já vendemos algum património. Embora pouco, vendemos apenas duas lojas que a Câmara tinha na zona do Centro Comercial Glicínias por cerca de meio milhão de euros. Vendemos a loja do Wellcome Center por cerca de 300 mil euros. E vendemos uma parcela de terreno, ali à frente do terminal rodoviário de Aveiro, por um valor de cerca de 400 mil.

Portanto estas foram as vendas que nós praticámos. Numa lógica de leitura, digamos, sentido estrito, a cada uma destas 3 operações para podermos fazer a pergunta ao mercado. E o mercado reagiu e comprou. Peço desculpa, falta uma que é a de maior volume. Foi o terreno do antigo Matadouro vendido à Mercadona.

Mas pronto, foram operações, esta quarta também, feito dessa forma autónoma. Agora entendemos que era tempo de fazermos esta esta de ocupação neste quadro, repito e para terminar de gestão total. É muito provável que no final do exercício atual nós ainda transitemos com um saldo de montante relevante. Seguramente substancialmente inferior a este. Mas este exercício precisa de ser desenvolvido para podermos desenvolver concursos, cabimentar dinheiro para projetos, para obras, pessoalmente não podemos lançar de outra maneira. E hoje com a lei dos compromissos que temos que ter o dinheiro, deixem-me dizer assim na mão, sob pena de não podermos lançar estes procedimentos, por mais que eles demorem muito tempo. E às vezes demoram de facto de muito tempo. Mas a Câmara seguramente seguirá esse caminho. Baixando este salto progressivamente. Entendemos que em 2020 ele já será um saldo no intervalo que nós entendemos adequado a nossa vida, ali na casa dos 5, 6, 7 milhões de euros. Que é por aí que nós queremos andar de forma, digamos, regular. E não, obviamente com estes montantes, embora nesta fase eles são importantes. Portanto estamos na transição da nossa fase digamos assim pesada do nosso PAM para uma fase de lançamento de investimento absolutamente importante para nós. Estarei obviamente ao dispor para o debate. Muito o obrigado Senhor Presidente."

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta ⁰⁴²

"Senhor Presidente, Senhores deputados, serei breve. Independentemente daquilo que venha a ser o sumo da discussão das Contas na Assembleia Municipal de Abril, atendendo àquilo que foi a discussão em relação ao Plano e Orçamento e aos valores apresentados e à efectiva melhoria das receitas obtidas pela Câmara Municipal de Aveiro. Não estar agora a repetir o mesmo, mas sem fazer qualquer alusão ao IMI que superando

expectativas da receita. As questões que o PCP coloca em relação a este ponto basicamente são estas: O valor que transita é um valor muitíssimo considerável. São 48 milhões de euros! Como se explica então um valor tão significativo?

A segunda questão que é um subponto, é se existe deste valor algum dinheiro que tenha origem do FAM?

Na documentação não fica absolutamente claro. A documentação refere com grande modéstia a boa execução das receitas municipais e a gestão rigorosa que sendo levada a cabo desde 2013, mas depois não fica absolutamente claro estas questões. Tenho dito."

Vogal Júlia Correia (BE)⁰⁴³

Vogal Jorge Greno (CDS)⁰⁴⁴

Vogal Fernando Nogueira (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁴⁵

"Muito obrigado Senhor Presidente. A situação das intervenções do Bloco deixou-me aqui uma sensação de que há aqui uma espécie de moção de censura para tentar ganhar um espaço que não me pareceu bem, relativamente àquilo que o PS defende ou não defende. Mas indo ao ponto da questão desta revisão orçamental. Eu penso que ela vem mesmo ao encontro de muita coisa que o PS tem procurado defender. E muita coisa que o PS procurou que se evitasse. Nomeadamente, eu acho que há três pontos essenciais.

Primeiro uma revisão do PAM que foi claramente má. Foi claramente uma revisão modesta. E havia como nós antecipámos, condições para ir além nessa revisão. Nomeadamente na revisão do IMI, que já aqui foi criticada, e que nós sabemos bem o sentido do voto, que era, havia condições para ir mais além e diminuir a dívida. E esse era o sentido.

Isto faz, quando nós sabemos que apesar de todos os esforços de branqueamento algumas coisas na qualidade de vida dos aveirenses não estão bem. E, sinceramente, com 50 milhões em Caixa, algumas coisas poderiam melhorar.

A segunda é também um ponto que deveríamos discutir aqui mais tarde. Mas é esta revisão que é modesta do programa de ajustamento, não prevê a alienação de património (ou não previu), mas não deixa de ser interessante que 3 meses depois a Câmara venha ao encontro dessa medida ou dessa proposta, no sentido de responder a uma coisa que era o que devia estar no essencial desta revisão que é o aproximar do rácio da despesa, para sair do aperto no FAM.

Mais um ponto e esse parece-me que é bastante importante, que é haver 40 milhões, mais coisa menos coisa, inscritos nas rubricas do orçamento, com alargamento de verbas, algumas que se calhar careciam de alguma de alguma discussão sobre o empolamento das mesmas, porque de repente passam de 500 mil para um milhão e quinhentos! Havia de fazer esse encontro de contas. Mas uma coisa é, que realismo há em propor a realização num período tão curto de 40 milhões de GOPs face a duas coisas. A capacidade de realização prática de 40 milhões de investimento por outro, face à realização (isto em abstrato) face à falta de capacidade que esta Câmara tem demonstrado numa maneira geral em realizar obra.

Nós não conhecemos obra nenhuma ainda esta Câmara tenha feito dentro do prazo previsto.

Mais. Há aqui uma perspectiva que eu acho que, tem a ver com esta incapacidade de olhar para o problema com alguma capacidade de antecipação e que nos permitia está mais folgados quer do ponto de vista da libertação dos problemas, quer do ponto de vista dos problemas de limitação do FAM, quer do ponto de vista da limitação do tecto do limite do IMI, que nós sabemos não é uma obrigação. Há aqui exemplos de outros municípios que o tecto do IMI não é o mesmo. E isso permitiria algumas opções que eu acho que nós não

estamos a tomar e estamos a onerar a vida dos aveirenses que não devíamos e em algumas limitações de funcionamento em não fazermos a gestão que devíamos na qualidade dos serviços que vamos criando. Já hoje aqui falaram dos Lixos e dos Transportes e nós já aqui discutimos isso, mas o que é certo é que temos que medir melhor onde pomos o dinheiro, e por que o pomos.

E já agora uma nota. Foi de todo o bom senso aquilo que o Senhor Presidente aqui disse da chegada de novos governantes e a necessidade de termos calma porque as coisas não se fazem de um momento para o outro. Isso é do mínimo bom senso. E por isso há uma canelada vinda da minha esquerda que eu considero até de mau gosto.

Mas mais do que isso, eu acho que o assunto é um daqueles que merece pinças. O Senhor Presidente costuma dizer que o assunto merece pinças. E eu digo cuidados de espera como muito bem reconheceu o Senhor Presidente.

Finalmente. Dizer que nós consideramos no PS que os efeitos que os pórticos têm sobre a nossa qualidade de vida, independente da discussão política sobre a resolução, não querendo eu aprofundar este debate, impõem todos os dias fortes problemas à qualidade de vida de todos os aveirenses. E há muitas medidas de gestão ainda que transitórias, que deviam ser reflectidas no processo naquilo que nós consideramos de folgas da receita, e que não o são de uma maneira geral.

E que quero eu dizer com isto? É que não é aceitável à custa do preço político de não estar resolvido o problema dos pórticos, nós tínhamos uma NI09 que podia funcionar melhor à custa de medidas de gestão. Nomeadamente na sua semaforização das rotundas que lá estão entre outras coisas e é só um exemplo, porque há muitos exemplos. O próprio exemplo à qual não obtive resposta, mas vou ter no ponto certo, que é saber por que é que temos Rossio escaqueirado, quando podíamos tê-lo aberto pelo menos enquanto não fazem lá um "terreiro", que eu espero que nunca aconteça, como toda a gente bem sabe.

Finalmente. Esta revisão orçamental mostra, em nosso entender, no entender do PS, ou existe uma grande capacidade de antecipação da construção de uma visão com mais tempo daquilo que era e estava à vista todos, que iríamos ter um aumento de receita extraordinária e como eu não acredito que isso tenha sido incapacidade de ver, porque estava à vista de todos, só posso imaginar que isto faça parte de alguma estratégia.

Espero que não seja uma estratégia eleitoral, nem partidária. Porque essa é difícil de conceber, uma estratégia partidária, no caso em que a gente sabe que a posição do Senhor Presidente, com a maioria que o acompanha, é um casamento de conveniência. Por isso isto preocupa-nos sinceramente. E não conseguimos ver seriedade quando se adia e como se atira para outras alturas problemas que poderíamos resolver hoje ou que já podíamos ter resolvido. Disse."

Vogal Raúl Martins (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁴⁶

"Senhor Presidente Obrigado. Muito breve. Mais que o valor da integração, eu gostaria de saber a que se deve a diferença brutal, embora seja positiva, entre o valor actual e o valor previsto há bem pouco tempo! O que é que falhou? Qual a razão do erro técnico que justifica esta falha de eficiência? Até porque o Senhor Presidente, como sabe bem, esta falha teve influência nas opções orçamentais que na altura foram tomadas pela gestão."

Vogal Pires da Rosa (PS):⁰⁴⁷

Vogal Ângela Almeida (PPD/PSD)⁰⁴⁸

Vogal Catarina Barreto (PPD/PSD)⁰⁴⁹

Vogal Filipe Tomaz (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta ⁰⁵⁰

"Boa noite Senhor Presidente. Cumprimento a Mesa, o executivo, os restantes colegas de assembleia e o público que veio assistir e fez intervenções no início da sessão.

Ora bem, esta revisão que se está a fazer esta transição do saldo orçamental de 2018 para o orçamento de 2019, é fruto de uma coisa que é uma boa gestão que acontece desde 2013. Ok. E que permitiu muitas coisas. Entre elas, só para mencionar algumas importantes, reduzir um terço da dívida que o município tinha em 2013. Apenas num mandato.

Uma reforma organizacional da Câmara Municipal de Aveiro que a tornou mais eficiente e que, obviamente, têm os seus reflexos do ponto de vista dos custos de exploração da própria Câmara. Todos nós beneficiamos com isso. E com serviços bastante melhores e de muito melhor qualidade. Apenas para dar um pequeno exemplo. O título de cartão de residente, hoje já nem sequer precisa de ir à Câmara para o tratar. É tudo feito por e-mail, tudo direitinho, e o cartão chega-nos a casa. Eu, para mim, isto é eficiência de serviço. E, obviamente todos beneficiam com isso.

Ora bem, todo este conjunto de aspectos que eu estou a referir, permitiram que nós em dezembro do ano passado aqui nesta câmara apreciássemos e votássemos a revisão do programa de ajustamento municipal. Esse programa assentava em 3 pilares básicos.

Um deles era a redução da carga fiscal aos munícipes. Coisa que está em execução. Baixámos a taxa de IMI. Introduzimos o IMI familiar e reduzimos em 50% as taxas de resíduos sólidos. Tudo isto num cenário em que os portugueses estão fustigados por uma elevadíssima carga fiscal — essa sim da responsabilidade do Governo. Não há memória em Portugal dos níveis de carga fiscal que nós estamos a ter. Eu tenho que dizer à deputado do Bloco de Esquerda, não é o município! É o Governo deste país que está a impor uma carga fiscal e só por uma razão — é porque a gestão não existe. Ok.

E quando não existe uma boa gestão, inevitavelmente os cidadãos vão sofrer com isso.

Em Aveiro, estamos a beneficiar da boa gestão que está a ser feita desde 2013. Portanto é isso que está a acontecer e é por isso que alguns de nós que são proprietários de imóveis vão sentir essa redução do peso do IMI em cada ano.

Já para não falar no outro aspeto que o Presidente já aqui uma vez referiu, que é a questão do investimento, que é muito mais democrático do que efetivamente o IMI.

Porque do investimento toda a gente beneficia. Seja saúde, seja educação, seja na via pública, todo esse tipo de investimento é para todos. Portanto desse ponto de vista acaba por ser mais democrata.

O investimento era o segundo pilar da revisão do programa de ajustamento municipal e o terceiro era a antecipação da meta do rácio de 1.5 entre dívida e receita do município.

E nós, como veem conseguimos antecipar isso. Primeiro era para ser em 2027 e vamos passar para 2021 e talvez, com jeitinho, consigamos em 2020.

Ou seja, isto significa que estamos a resolver um ónus enorme que nos deixaram. Que era o problema da dívida que o município se encontrava.

Já várias vezes aqui o referimos. Sabemos bem quem é um dos principais responsáveis pelo enorme capital de dívida que o município contraiu há uns anos atrás.

Para resumir. Dizer que 2019 é o primeiro ano em que não existe dívida não financeira. A Câmara pagou a todas as pessoas, a todos os fornecedores, Associações, empresas, dívidas que vinha de trás. Resolveu isso. Desse ponto de vista está resolvido.

É um ano em que vai haver um incremento de investimento de 20 milhões de euros na cidade. É bom. Lá está aquela questão da democracia e do ser mais democrático para todos os cidadãos. Temos mais 20 milhões de euros de investimento. A baixa do IMI que eu já referi, e poderia ficar aqui pela noite toda a dar-vos exemplos. Mas também vou

remeter-vos para o ponto número três onde muitos destes aspectos são explanados no documento.

Eu hoje vou usar aqui uma caricatura. E tenho que o fazer porque muitas vezes isto vem à cabeça sobre nomeadamente a posição do Partido Socialista relativamente a esta questão, desta transição desde Saldo.

Eu muitas vezes vejo isto como (e vão-me perdoar) quase, como se fosse uma criança traquina, que durante 8 anos lhe foi dada a possibilidade de fazer a gestão do seu quarto. Deixou o quarto num alvoroço tal que ficou impossível de ser habitado. Passados uns anos efectivamente chega um grupo de pessoas que toma conta da gestão do quarto (ouvem-se vozes). Deixem-me acabar. Essas pessoas que surgem são pessoas que têm coração, acção, e muita determinação. E que estão muito bem mandatadas para o fazer e acabam por arrumar o quarto e pô-lo novamente habitável. E ao mesmo tempo que o fazem tem a criança traquinas a dizer que não é assim que se arruma o quarto!

A criança que tornou o quarto inabitável é a que agora está a dizer: vocês estão a arrumar quilo que os outros desarrumaram, não é assim que se arruma o quarto.

Meus Senhores nós é que sabemos e tenho propriedade para o dizer. Tenho dito."

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta⁰⁵¹

"Excesso de tesouraria! Que bom. Hoje falamos do que fazer ao excesso de tesouraria. Uns dizem pagar a dívida. Nós nesta bancada não pensamos só assim. Queremos ir mais longe. Nesta bancada Senhor Presidente, ficamos satisfeitos por sido possível com uma boa gestão reorganizar as contas da Câmara e diminuir a carga fiscal e cumprir os encargos financeiros do FAM e aumentar o investimento, melhor os serviços públicos e diminuir a dívida, desta bancada queremos cumprimentar e felicitar o Presidente da Câmara e os restantes vereadores do executivo e os restantes funcionários da Câmara, por terem sido capazes, e com o esforço dos aveirenses, ter transformado uma má situação financeira em segundo alguns "excesso de tesouraria"!

Agora segundo alguns coloca-se um dilema. O que fazer com esse excesso de capital? Não criticando e respeitando a opção de uns de que deveria só pagar a dívida, nós nesta bancada apoiamos na totalidade a opção política da Câmara Municipal. Investir para melhorar a qualidade de vida dos aveirenses. E esse excesso de saldo de tesouraria, Senhor Presidente, nós nesta bancada apoiamos a sua iniciativa de investir. Investir como já está a ser feito nas unidades de saúde de Eixo, Oliveirinha. No investimento na habitação social com a reabilitação de 12 blocos de habitação no bairro de Santiago. 24 habitações em Cacia e Caião. Reabilitação no Bairro Social da Cova do Ouro, Investimentos nos canais urbanos, com reabilitação do sistema de comportas e eclusa. Requalificação da ponte do laço. Investimento em infraestruturas tais como a reabilitação da estrada Eixo/Aveiro. A rotunda do ISCA. Requalificação da estrada de São Bernardo. Requalificação da rua Capitão Lebre. Requalificação da Rua do Gravito e do Carmo. Nova empreitada de requalificação de mais 12 arruamentos no centro da cidade. Rua Direita de Verba. Rua do Freixo. Rua Direita de Aradas.

Investimento na Educação. Escola básica de São Bernardo. Ampliação do Centro Escolar de Verdemilho. Investimento na Escola do primeiro ciclo da Quinta do Loureiro e na Escola do Paço. Escola de Azurva e Escola do Sol-Posto em Santa Joana. Escola das Barrocas.

Ainda outros investimentos em requalificação. Reabilitação do Museu Arte Nova. Reabilitação do Mercado Manuel Firmino. O Parque Canino. A reabilitação da antiga Estação da CP. A reabilitação do edifício Fernando Távora.

Ainda não esquecendo o apoio às Associações recreativas e culturais e não esquecendo também o cumprimento do protocolo aqui aprovado com o Beira-Mar. E ainda as delegações de competências com as Juntas de Freguesia. Muito importante e a cumprimento por ambas as partes para bem dos aveirenses e de todo o concelho.

Esta é a nossa posição Senhor Presidente. Diminuir a carga fiscal, cumprir os encargos financeiros, aumentar o investimento, melhor o serviço público, e diminuir a dívida.

Por isso por opção política nossa, estamos consigo Senhor Presidente. Nesta opção de cumprindo o passado, as dívidas e a gestão corrente, fazer investimento para bem dos aveirenses."

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁵³

"Boa noite a todos. Começar por responder a duas questões. Primeira esta coisa de que a Câmara não tem o direito de responder a uma crítica política, legítima, do Partido Socialista ou seja lá de quem for! Então era o que mais faltava. Então eu que sou o Presidente da Câmara, responsável pela gestão da autarquia, o Partido Socialista ou um qualquer outro Partido, mas é o Partido Socialista (quer o Bloco queira quer não queira), é o Partido que lidera a oposição em Aveiro. Eu respeito todos os partidos, mas a liderança da oposição em Aveiro é do Partido Socialista. Vocês, o Bloco, aqui valem dois e na Câmara valem zero. Contem quantos há do Partido Socialista. Então a Câmara que é visada, vou telefonar ao meu Partido, e digo ali à malta do meu partido, se faz favor em responder ali ao Partido Socialista porque eu não sou capaz!? Estão a brincar com isto ou quê? Então imaginem o António Costa, leva uma porrada da Assunção Cristas que queria meter o governo abaixo e o António liga para a Catarina Mendes e diz, faça ai um comunicado do Partido para responder aqui à Assunção.

Estamos a brincar ou estamos aqui a fazer o quê ó Júlia. Pelo amor de deus.

A democracia é assim. Está-me a ver a mim a receber uma porrada política, repito com a legitimidade partidária, e então vou fazer uma reunião de Câmara, levo lá um comunicado e vou votar a proposta do comunicado. Os vereadores da posição votam a favor e os vereadores da oposição votam contra, e eu emito um comunicado por deliberação de câmara! Isto, de facto, é hilariante. Só de quem, de facto, vive num outro mundo que não é o nosso. E por isso eu vou continuar no nosso mundo e o Bloco nesse mundo onde estais sozinhos.

Segunda a nota que queria deixar arrumada já, era do Fernando Nogueira. Fernando não posso deixar de protestar com a sua última frase de que não consegue ver seriedade no adiamento da resolução do problema.

É evidente, use o português que quiser, faz muito bem, mas posso garantir em absoluto que a Câmara a que eu presido é uma Câmara séria.

Que combate a corrupção sem trégua. E se quer saber o que é combater a corrupção sem trégua, fale com camaradas seus, que tiveram a mesma responsabilidade que eu, e eles que lhe contem a si, como me contaram a mim, como é que é difícil, claramente difícil combater a corrupção que tínhamos instalada na nossa Câmara. Ponto final parágrafo.

Já disse isto muitas vezes e repetirei as vezes que for necessário. E, portanto, vir para aqui dizer que não conseguimos ver seriedade no adiamento de problemas, tem que ter o meu protesto e que têm que o aceitar de tudo como é evidente, não é. Somos gente séria. Absolutamente séria. Gerimos tantas coisas. E gerimos coisas que não estão na nossa mão. Um exemplo. Estamos desde Outubro à espera para que o POCENTRO nos aprove uma candidatura de eficiência energética para 8 blocos de habitação social em Santiago. Sem esse documento não podemos ter Visto do Tribunal de Contas. Sem Visto não podemos começar a obra. É uma obra de 1,4 milhões de euros.

Como deve saber, obras superiores a 900 mil euros não podem ser começadas, em execução física ou financeira, é proibido por lei.

O que é que estamos a fazer? Temos um empreiteiro que precisa de fazer a obra. Se não começar vai ter de agarrar outra e depois vai ter dificuldade de meios para agarrar a nossa, e por cauda da nossa gestão financeira, por termos saldo, dissemos ao Tribunal de Contas no ofício que assinei na semana passada, Senhor Tribunal, temos que fazer uma alteração ao processo que têm aí em Visto, o cabimento já não é feito à custa do financiamento comunitário, em que a candidatura sabemos que vai ser aprovada, mas que ainda não foi, e portanto vamos ter que por o cabimento noutra receita. Porque a nossa Câmara, agora tem, capacidade mesmo sem a aprovação da candidatura de executar a obra. E seguramente nos próximos dias virá o Visto do Tribunal de Contas.

Portanto a lógica é esta. Ficam a saber da gestão para que é que isto serve. Posso dar muitos mais. Mas, enfim, queria não ser excessivo e também não descansar e não desfocalizar. Portanto Fernando Nogueira total seriedade.

Agora, isto não é como nós queremos. Quando chegámos Júlia, eram 55 os fogos inabitados em Santiago, por inexistência de condições de habitabilidade. Em 55 apartamentos da Câmara Municipal de Aveiro, do nosso bairro de Santiago, não se podia viver!? Vejam o nível a que a nossa Câmara levou a gestão daquilo que era o seu património e tão importante para ajudar pessoas, que precisam de ajuda a esse nível.

Vejam, fizemos projecto, tudo direitinho, só ao 3º concurso, foi complicadíssimo, estão a ver o que é projectos de reabilitação de apartamentos. Portas, tectos, pisos, canalização, cada um deles com o seu problema. O primeiro concurso ficou deserto, o segundo concurso ficou deserto, só ao terceiro tivemos empreiteiro. E podia contar-vos vários.

Hoje temos este tipo de realidades. Mas aquele dinheiro que nós guardámos e formalmente e ao abrigo da lei dos compromissos, para lançar o primeiro concurso teve que ficar guardado para o segundo e também para o terceiro. E obviamente vai ser usado quando começarmos a execução financeira das obras. E isto é assim.

E no mundo em que vivemos e numa câmara tão acidentada como foi a nossa, temos que gerir com prudência. Temos que ter esta capacidade de resolver os problemas. Por que se não vamos arrastar mais execução. Há 30 anos que não havia investimento em habitação social no nosso município. Vejam bem, há 30 anos.

E esta é a Câmara que 30 anos depois, voltou a fazer avultado investimento em habitação social.

Mas voltando ao princípio queria explicar o seguinte pela décima sétima vez. Embora sumariando notas, até porque estão aqui autarcas novos. Mas que têm de trazer a lição aprendida uma vez que vêm para aqui substituir, como é evidente.

Porque é que o Saldo é tão grande? Ponto primeiro. Porque o valor que negociamos em sede de PAM para o nosso investimento é um valor fixo. Do ano um ao ano vigésimo do PAM.

E no arranque da execução, quando nós arrancamos no primeiro trimestre de 2017, já arrancamos atrasados porque o nosso PAM aprovado pelo FAM e visado pelo Tribunal de Contas, o primeiro trimestre de arranque era o 4.º trimestres de 2016, mas o arranque não executou os 11 milhões que estavam no ano 2017. Não era possível.

E portanto este valor ficou na reserva de utilização e que contabilisticamente fica em vários sítios, um deles é no Saldo. E o que é que decidimos e que é uma discordância com o Partido Socialista. E ainda bem, porque nós temos uma linha clara. Nós queremos esse dinheiro para fazer investimento. Acabou, essa é a nossa decisão.

Somos um dos municípios mais atrasados do país. Somos o único que não tem uma piscina municipal, somos o único que não tem um pavilhão municipal. Quando chegámos, tínhamos 200 acidentes com indemnização feita pela Câmara por ano. O ano passado

tivemos 2. E temos que recuperar isto. Tínhamos 55 fotos inabitáveis. Então mas algum município tem 55 inabitáveis? Há algum município que quando uma família abandona um apartamento não vá imediatamente tratar dele? Só que o abandono não era apenas em Santigado. Eram mais uns trinta ou quarente nos outros bairros que temos pelo município fora.

Ainda não acabamos, mas estamos a polos todos em ordem. Porque é preciso fazer projeto fogo a fogo. Concurso. Ainda agora na Cova do Ouro só ao segundo concurso é que conseguimos empreiteiro. Porque não há empreiteiros. Não há portugueses que queiram trabalhar na construção civil. A última empresa aveirense que importou mão-de-obra da Índia, demorou um ano e um mês a ter licença do serviço de estrangeiros e fronteiras para importar 20 pessoas para trabalhar.

É este o país que temos. É neste país que vivemos Júlia! Não é no país do Bloco de Esquerda. Em que tudo é uma delícia. Má, amarga e irreal. E como todos nós queremos viver num mundo real, já não é o problema do desemprego, é um gravíssimo problema de emprego.

Tivemos um empreiteiro que ganhou uma pequena obra de três rotundas, ganhou o concurso e na semana que vinha assinar o contrato teve uma saída de três pessoas da empresa, dois deles chave, um engenheiro chefe e um encarregado, e veio com muita pena desistir da obra por não ter pessoal para trabalhar. Ouça, mas então a gente suspende a obra e daqui a seis meses quando a gente tiver condição levantamos a suspensão porque a gente não tem mais ninguém para fazer a obra. Ao concurso concorreu apenas uma empresa. E disse-me, senhor presidente não acredito que possa resolver o meu problema e portanto quero mesmo desistir. E desistiu. É este o mundo em que nós vivemos.

O Partido acha que devíamos pegar na maior parte do dinheiro ou em todo e antecipar o pagamento da dívida. É um racional objetivo, mas nós discordamos. Discordamos porque há muita coisa para fazer. E quando perguntamos digam lá do nosso plano. Fizemos aqui a discussão. O que é que cortamos? O que é que não fazemos? Tivemos um meridiano silêncio! Porque é muito bonito dizer vamos apenas investir 50 milhões ou 40 milhões, mas de que objetivos é que tiramos?

Hoje é um bocadinho tarde. Mas porque temos uma revisão orçamental podemos mexer. Mexer não podem mexer. Podem aprovar ou chumbar, mas se chumbar volta para trás e nós refazemos isto na Câmara Municipal como é evidente.

Portanto são estas razões objectivas, claras, que nos trouxeram até aqui. Mas olhem, é bom discutir Saldo positivo em vez de dívida. A nossa dívida actual é muito superior a este nosso saldo. Um dia destes estamos a discutir a dívida que anda perto dos 100 milhões de euros. A nossa dívida continua a ser muito maior do que o nosso saldo. Mas deixou de ser notícia. Deixou de ser o nosso debate político. Deixou de ser aquela coisa histórica em que andámos anos sobre o valor era 250, 230, isso acabou. Hoje temos um debate político saudável sobre se o saldo é grande ou pequeno. Se fazemos mais obra se fazemos menos. Até que enfim chegámos aqui. Mas chegámos aqui pelo nosso trabalho.

Os nossos partidos chegaram a um ponto, de agradecer o trabalho do Presidente Élio Maia, recandidataram-no e o povo reelegeu. Porque ele soube fazer um mandato globalmente bom, com a herança monumental do seu primeiro mandato e o segundo mandato foi um desastre.

E os partidos quando são inteligentes e atentos e sérios não cultivam coisas que correm mal. Disseram obrigadinho. Siga, pronto, temos aqui outra solução. E o despreendimento era tal que o presidente Élio Maia quis ele próprio ser candidato num acto ele próprio legítimo, como independente. Assunto arrumado politicamente. Vocês não percebem isto. Acha que os partidos é que mandam nisto tudo. Pronto é uma coisa bloquista. Nós que somos democratas achamos que os partidos não mandam em tudo. Era o que mais faltava.

Mas no Bloco não pensam assim. No Bloco, salvo aqueles 26 que se zangaram, não estamos para aturar mais isto, vamos embora. Este Bloco não é o nosso. É um Bloco vendido ao poder e já não estiveram para aturar mais, preferiam o outro que andava nas manifes. Este Bloco que anda todo geringonçado com o poder e nós não gostamos disto e foram embora. Estão a ver. Já nem o Bloco manda em toda a gente.

Porque aqueles que acreditam em democracia são livres. E os partidos não mandam neles. Era o que mais faltava. Quem quiser estar na vida partidária subordinado ao que os partidos mandam não vai ser feliz. E portanto temos que seguir este caminho com os nossos partidos, mas com o nosso grau de liberdade. Era o que mais faltava. E os partidos quando são bons querem gente livre lá dentro. Não querem lá gente quadrada que vai sempre pelo mesmo caminho.

E quanto a IMI e a eleitoralismo e o Fernando falou nisso agora, estas coisas das eleições têm piada. Nós agora estamos a ter muitas obras, o Partido Socialista já não sabe o que há-de dizer, estamos a três anos de eleições e diz "isto é eleitoralismo".

Foi pena não terem dito isso quando nós aumentámos o IMI e fomos para eleições com o IMI a 0.5 que grande eleitoralismo. O "je" foi aumentar o IMI para o escalão mais alto para ver se conquistava votos à rapaziada. Este vosso raciocínio é muito esotérico. Apenas porque desforma a realidade. E a realidade não é disforme. Porque a realidade é outra coisa. E vocês andam para aqui às curvas. E nós precisamos de fazer muitas obras. Tomara eu que tivéssemos muitas mais. Que este ano de 2019 fosse mais obreiro que o de 2020 e não vai ser. É em 2020 que vamos ter mais obras que em 2019.

Porque não há obreiros para fazer obras. Porque há deslizamentos. Porque a burocracia está como está. E nós nem somos das Câmaras que se queixam do Tribunal de Contas, não somos. Nós não temos queixas do Tribunal de Contas, não temos.

Aliás, uma notícia. Chegou o Visto do contrato da Adenda da CMA com a AveiroBus. Aquele que alguns de vocês disseram "senhor presidente não vai ter visto". Fica aqui a nota que chegou o Visto e estamos muito satisfeitos e vamos operacionalizar a adenda que aqui aprovámos. Com votos contra naturalmente e democráticos. Mas também com aquela coisa de "tem um plano se não houver Visto?" Eu disse, claro que tenho, mas primeiro vamos à luta.

Tivemos dois ofícios de perguntas, o primeiro muito difícil o segundo mais fácil, e chegou o Visto. Temos esse assunto arrumado e bem arrumado.

Quería também deixar uma nota suplementar para a pergunta do Dr. Raúl Martins. Porque é que nós só acertamos em 63% por cento e nos despistámos em 18 milhões na previsão do saldo? Nós fechámos a nossa previsão do saldo em meados do mês de outubro. Nos últimos dias de outubro formalmente foi aprovado, e depois veio para a Assembleia. Na altura a nossa segurança nos trinta milhões era uma segurança absoluta, profunda, não era.

Tínhamos consciência do risco de o valor do Saldo podia ser maior? Tínhamos. Objetivamente tínhamos. Tínhamos alguma nota do risco ser menor? Não tínhamos.

Entendemos que, na leitura daquilo que tínhamos para pagar, daquilo que tinhas receber, que aquele valor era um valor sensato e corremos o risco de ter um desvio, sinceramente tínhamos essa consciência plena. E esta não é uma decisão técnica. É uma decisão técnica mas também política. Estas reuniões eu faço-as com os Senhores Vereadores e com os nossos Financeiros. foi no debate técnico ou político que nós tomámos essa decisão, como sempre fazemos nestas matérias. Como sabeis a área financeira é da minha responsabilidade. E a verdade é que achamos que tínhamos ali risco de errar por alto. E errámos por um valor alto de 18 milhões que é um valor relevante, mas é positivo.

Mas este desvio deve-se a que perspectivámos pagar mais. Por exemplo estas duas obras da habitação social. Temos uma que já está em obra e temos a outra que está á espera do

Visto do Tribunal de Contas. E nunca nos passou pela cabeça acabar o ano com uma facturação tão baixinha. Sempre pensamos acabar o ano com um terço da facturação feita. Não foi possível. Estou a dar-lhe um exemplo, mas posso dar mais exemplos. Portanto é nesta lógica que andamos para justificar esta diferença de valores.

Mas hoje não há cidadãos a quem a Câmara deva dinheiro. Nós devíamos a 1.200 pessoas, empresas, associações, e juntas de freguesia, há cinco anos há quatro e há três. A 1.200!

Hoje ainda devemos a umas trinta ou quarenta por acertos finais. Vejam lá o que é que isto foi para hoje podermos ter um debate saudável e interessante como este que hoje aqui estamos a ter.

Queria só lembrar ao Fernando Nogueira, por causa dos pórticos e das rotundas. Saiu! Então pegar nesta ideia da Ângela para enfatizar um aspecto. Num dos processos que estamos a ter com um grande investidor privado de comércio habitação e hotelaria, para resolver um dos mais velhos e graves passivos industriais da nossa cidade a Câmara precisa de investir 1,7 milhões de euros.

É um velho compromisso da Câmara do tempo do Dr. Alberto Souto. Reafirmado pelo Presidente Élio Maia, e que nós temos de honrar porque há o compromisso formal escrito. Apenas estamos a negociar a distribuição da área de construção, porque achamos que a que está não tem sentido. Mas pronto. E nesse processo a Câmara tem de investir 1.7 milhões de euros. Tem a ver com o prolongamento e o fecho de um canal urbano da Ria intra eclusa.

Nesta negociação que está a correr muito bem e que nas próximas semanas esperamos que ela seja notícia, nós vamos ter de garantir os nossos 1.7 milhões para fazer a nossa parte. Ainda por cima a nossa parte e termos de investimento físico no terreno tem que andar à frente da parte dos investidores privados.

E nós temos que ter capacidade, como hoje eu tenho na negociação de dizer, nós assumimos a nossa parte, quando é que vocês fazem a vossa? Ai talvez em 2021. Muito bem, nós temos que ter a nossa pronta até final de 2020, está assumido.

É para isto que serve esta capacidade financeira para os objectivos que estão fixados. E para alguns deles que estão referenciados em coisas genéricas, nomeadamente a requalificação urbana. Em que o destino das rubricas não está taxativo, mas está lá a verba para obras que vão surgindo. Estou a dar-vos aqui um exemplo.

Penso que os mais atentos estão a ver do que é que estou a falar, mas se não estiverem a ver não demorará muito a ser notícia e uma excelente notícia para resolver o velhíssimo problema que nós temos em mãos.

Tenho de falar daquilo que disse o Fernando Nogueira porque queria acabar a minha intervenção. E não queria deixar sem uma referencia desta matéria que ele afalou que é esta coisa das portagens.

Há dias num debate parlamentar houve propostas de todo o género e feitio. Partido Comunista, Bloco de Esquerda, as melhores propostas. Olhem eu dizer bem do Bloco e do PCP. Acabar com as portagens todas. Portanto para mim são de longe as melhores propostas. De longe. Eu se fosse parlamentar votava naquelas propostas. Ok.

Mas o Partido Socialista, pumba, chumbo encima. O Centeno não deixa. Precisamos dos tostões todos. Chumbo para cima de todas.

O PSD sempre com aquele seu tique que acha que ainda está no Governo, o nosso partido é um partido encantador. Está na oposição, mas tem sempre aquele tique de que está no Governo. Pronto ou se não está, vamos para lá daqui a bocadinho. É da nossa condição genética ou política, não é defeito é condição mesmo.

E disse uma coisa. Bem a gente até acha isso uma boa ideia (tirar um pórtico não era acabar com as portagens) mas a gente propõe que se estude!

Porreiro, o Costa nem quis ouvir outra coisa. Essa é que é a proposta fixe, valos então juntar-nos e aprovar. Vamos lá estudar. Vejam bem, uma matéria que está super estudada por tudo quanto é sítio, mas o nosso tique de membro do governo deu um jeitão ao Partido Socialista.

O CDS, mais avisado, mais aguerrido na oposição porque tem menos apego governativo, está melhor na oposição porque não tem esse stique governativo, diz "fora o pórtico".

Mas como gosta de ser um bom partido diz "vamos relocar o pórtico".

Que eu acho uma ideia interessante, nomeadamente porque estamos a precisar de mudar as balizas no estádio, e usarmos os pórticos para fazer as balizas do nosso campo.

Porquê? Porque como próximo do nosso estádio, quer este próximo do estádio, quer do lado de Oliveirinha/São Bernardo, quer do lado de Angeja há pórticos, o único sítio que me parece sensato para mudarmos os pórticos, é para servirem de balizas para o nosso Estádio. Eles estão ali tão perto, portanto nem é uma deslocalização muito complicada.

Portanto como veem achei também interessante a ideia do CDS. Mas um bocadinho tímida. Mas pumba, o Partido Socialista chumba em cima. Achei uma pena porque é parecido com o do PSD.

Vamos deslocalizar, temos de ir estudar. Pronto. É preciso estudar para onde se muda.

O Partido Socialista teve esta clareza. Não se entendem, pronto está tudo chumbado.

Nós não vamos semaforizar rotundas. E vamos acabar com todos os semáforos da EN109. Faltam-nos duas. Um está em fase final de negociação com os terrenos, outro vai demorar um bocadinho mais que é aquele do centro urbano de Cacia.

Mas temos também de acabar com ele. E vamos continuar a lutar para que a nossa quase formalizada via de cintura externa, formalizando-a como via de cintura externa, deixe de ser portajada nos circuitos internos. Nós somos a favor das portagens para quem circula do Porto para Lisboa. Já não somos a favor das portagens de quem circula de Oliveirinha para Esgueira.

E seja lá o Ministro quem for e seja lá o secretário de estado quem for, ei não quero saber disso para nada. É gente que governa o país e tem de fazer o seu trabalho e nós o nosso.

A verdade é que o que está em causas nas portagens não é o pórtico do estádio. Era o que mais faltava. É o absurdo daquela que é a variante urbana à nossa cidade e ao nosso município ser portajado. Esse é que é a questão.

Eu digo sempre àquela malta que não vai ver o Beira-Mar porque tem de pagar portagem, ó rapaziada, esperem aí, não vão por aí, vão pela zona industrial e não pagais portagem. Há algum problema com este circuito? Agora a malta diz menos isso. A malta agora diz menos isso, mas não era pela portagem, era porque o Beira-Mar andava sempre a perder. Agora como o nosso Beira-Mar anda a ganhar e está em primeiro, já batemos o record de assistências desde que estamos nas distritais, no último jogo.

Agora ir pelo pórtico e pagar um euro, num jogo onde o bilhete custa dois, e virmos de lá com um resultado que ganhamos 5-1 ao segundo classificado, está-se bem e esse feliz.

Agora ir ver o jogo contra um clube, perdermos ou empatarmos e pagarmos ainda a portagem, não faz bem à psique de ninguém.

Portanto é nesta lógica integrada e global que nós gerimos este processo. E que vamos continuar a lutar para que o governo do país para que o governo resolva este problema. E trabalharemos com afinco com os membros do governo.

Terminava agradecendo os contributos da Ângela Almeida, Catarina Barreto, do Filipe Tomaz e do Manuel Prior, com a nota final que o Manuel Prior usou. Estamos em simultâneo a resolver o problema financeiro da nossa Câmara, a recapacitá-la a esse nível, a fortalecer-la em termos de organização.

Doeu muito. Nós reduzimos a despesa com funcionários 4.5 milhões de euros por ano. Saíram 200 pessoas. Nós reduzimos a factura dos transportes 1 milhão. A do resíduo 1

milhão. Uma das partes deste trabalho foi a redução de despesa dispensável e que deu um contributo fundamental para a produção deste Saldo e que nós temos que usar bem. E usar bem é para pagar a dívida. Esperemos que a venda de património dê uma ajuda. E gerir bem é fazer investimento. Muito mais. Temos de recuperar e vamos recuperar com um contributo muito importante do mandato em que estamos a governar. Muito obrigado."

Membros da Assembleia

Vogal Júlia Correia (BE):[055](#)

Vogal Fernando Nogueira (PS) [056](#)

Vogal Raul Martins (PS):[057](#)

Vogal Pires da Rosa (PS):[058](#)

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[059](#)

"Há aqui uma coisa muito interessante que é a qualidade da proposta que aqui trazemos. Falastéis tanto de coisas que não estão em discussão!

Não está em discussão a produção do valor do saldo. Respondendo ao Dr. Raul Martins, claramente, respondendo à sua pergunta, e já o disse aqui na Assembleia, há um ligeiro problema de memória. Nomeadamente talvez por aquela passarada toda que andou a abordar no início desparalou-se um bocadinho. A questão que quero deixar de nota é só esta. Já disse aqui de forma clara que a Câmara de Aveiro com estrutura que tem, connosco a geri-la, no nosso município, sem FAM, sem nada, a nossa estrutura fiscal é a que temos hoje.

Sem taxa turística que é uma moda socialista que hoje pegou de toda a maneira. Não temos taxa turística. Não temos taxa de proteção civil. Quem não tem IMI, quem não é proprietário está a pagar menos impostos do que alguma vez teve em Aveiro, por força das nossas decisões. O IMI é 0.4 e a Derrama continua no máximo. Mas já disse isso aqui. Querem coisa mais clara do que isto?

Nota um. Agradecer a todos o apoio que é lindo à afectação do saldo. Porque o que aqui está em causa é o que nós fazemos ao valor? Tudo é legítimo. Porque é que ele é tão grande, podia ser maior, porque é que não previram melhor. Certo. Mas é o valor e isso não tem discussão. O valor é mesmo este. O que que está aqui em discussão é o que se faz ao dinheiro? E aqui a unanimidade foi absoluta. Estamos todos de acordo. E estou um bocadinho mais feliz depois deste debate que a todos agradeço. Muito obrigado."

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa, colocou à votação[060](#) **Ponto 1 – Apreciação e Votação do Mapa de Fluxos de Caixa e Mapas de Execução Orçamental e Revisão Orçamental n.º 1 - Integração do Saldo de Gerência, sendo a proposta aprovada por maioria, com vinte e quatro votos a favor (PSD16+CDS6+PS2) duas abstenções (PS1+PAN1), dez votos contra (PS7+BE2+PCP1).** (votaram a favor os dois presidentes de junta do PS.)

Não houve declarações de voto.

Não havendo mais intervenções, nos termos do número 3 e 4, do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro, o Presidente da Mesa da Assembleia colocou à

deliberação do plenário a aprovação em minuta da ata respeitante a esta reunião, não se verificando oposição.

Depois de lida, a acta em minuta foi colocada à discussão⁰⁶⁰ não se verificando intervenções.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.

De seguida o Presidente da Mesa deu por encerrada a primeira reunião da Sessão Ordinária de Fevereiro, informando que os trabalhos da sessão, nos termos regimentais, continuam no dia 01MAR19 (sexta-feira).

Eram 00:15 horas do dia 23 de Fevereiro de 2019.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião da sessão, nos termos do disposto no artigo 45.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, responsável da subunidade da estrutura orgânica de Apoio ao Presidente e à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(3:45)